



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - SISTEMA CARCERÁRIO		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0252/08	DATA: 27/03/2008
INÍCIO: 15h49min	TÉRMINO: 19h39min	DURAÇÃO: 03h49min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h49min	PÁGINAS: 87	QUARTOS: 46

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MIGUEL ALCIDES FELDENS – Presidente do Conselho da Comunidade de Assistência aos Apenados e Coordenador da Pastoral Carcerária da Região Sul.
VIRGÍNIA FEIX – Professora catedrática de Direitos Humanos do Instituto Metodista de Porto Alegre – IPA.
LUIZ FERNANDO CORREIA DA ROCHA – Presidente da Federação Brasileira dos Servidores Penitenciários – FEBRASPEN.
GILMAR BORTOLOTTI – Promotor de Justiça de Controle e de Execuções Criminais do Estado do Rio Grande do Sul.
MÁRCIO ANDRÉ KEPLER FRAGA – Juiz-Corregedor do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.
ANTÔNIO BRUNO DE MELO TRINDADE – Superintendente do Sistema Penitenciário do Rio Grande do Sul.
MARIA PALMA WOLFF – Representante do Instituto de Acesso à Justiça IAJ.
RODOLFO PACHECO – Tenente-Coronel e Comandante do 15º Batalhão de Polícia Militar de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul.
JORGE PEDRO GALLI – Representante da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul.
MARQUINHO LANG – Presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.
EDEN MORAES – Policial Militar.

SUMÁRIO: Debates acerca do sistema prisional no Estado do Rio Grande do Sul.

OBSERVAÇÕES

Reunião realizada na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Há palavras ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Federal criada com a finalidade de investigar e diagnosticar o sistema carcerário brasileiro.

Estamos em oitiva e diligência aqui no Estado do Rio Grande do Sul: o Vice-Presidente da nossa Comissão, Deputado Luiz Carlos Busato, que é da terra — gaúcho de Santa Catarina (*riso*), nascido em Santa Catarina e criado aqui no Rio Grande do Sul; a Deputada Jusmari, do PR da Bahia. O Deputado Pompeo de Mattos também está conosco, mas vai chegar um pouquinho atrasado, já nos comunicou. Esteve conosco na diligência pela parte da manhã.

Nós queremos agradecer ao Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança e da Polícia Militar, o apoio recebido durante as diligências realizadas nos 2 presídios: o presídio masculino e o presídio feminino da cidade.

Queremos também agradecer à Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul por ceder este espaço, para que nós pudéssemos realizar esta audiência pública também aqui, nesta localidade.

Queremos agradecer a presença da imprensa, que esteve conosco também nas diligências; da Polícia Federal, que também está conosco, participando; dos agentes penitenciários, que estiveram ali representados também durante as diligências realizadas nos 2 presídios.

Nós queremos convidar para estar conosco na Mesa o Dr. Márcio André Fraga, Juiz Corregedor do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul — chamei logo um Fraga aqui porque, como é Neucimar Fraga, vamos fazer um *lobby* da família Fraga nesta audiência.

Quero convidar também o Dr. Gilmar Bortolotto, que é Promotor de Justiça de Controle e de Execuções Penais.

Foi convidado para estar conosco o Dr. Fernando Schüller, Secretário de Estado de Justiça, mas ele se faz representar aqui pelo Dr. Antônio Bruno de Mello, que é Superintendente do Sistema Penitenciário do Rio Grande do Sul.

Queremos convidar também para estar conosco o Dr. Miguel Alcides, que é Coordenador da Pastoral Carcerária na Macrorregião do Sul.



Queremos convidar também o Dr. Cláudio Pacheco Prates, que é Presidente da Seccional da OAB do Rio Grande do Sul. *(Pausa.)* O Dr. Cláudio Pacheco está presente? *(Pausa.)*

Nós queremos convidar a Dra. Virgínia, professora da cátedra de Direitos Humanos do Instituto Metodista de Porto Alegre, e a Dra. Eunice Nonato, que é coordenadora do projeto de direitos humanos junto à Penitenciária Feminina Madre Pelletier.

Queremos também registrar a presença aqui conosco — esteve nos acompanhando na diligência realizada pela parte da manhã — do Tenente-Coronel Rodolfo Pacheco, que é Comandante do 15º Batalhão de Polícia Militar, sediado em Canoas. Não está aqui, não? *(Pausa.)* Queremos agradecer ao Dr. Rodolfo Pacheco.

Está também conosco o Tenente-Coronel Eden Moraes, Diretor do Presídio Central de Porto Alegre. Esteve conosco na diligência pela parte da manhã.

Nós convidamos para estar conosco aqui, e ainda não se apresentou, o representante dos agentes penitenciários do Rio Grande do Sul — estava conosco na diligência, e não está aqui até o momento, mas é nosso convidado e, assim que chegar, vai estar aqui conosco e vai também fazer uso da palavra; o Dr. Jorge Pedro, que é Defensor Público do Rio Grande do Sul; e o Dr. Jader Marques, que é do Instituto de Acesso à Justiça aqui do Estado e, pelo que me dizem, deu uma saída.

Convidamos o Dr. Pacheco para que esteja conosco na Mesa, Coronel Rodolfo Pacheco, Comandante do 15º Batalhão de Polícia Militar.

A CPI do Sistema Carcerário foi criada na Câmara Federal no dia 22 de agosto de 2007 e foi criada com a finalidade de investigar e diagnosticar o sistema carcerário do nosso País. Já visitamos 16 Estados — mais de 60 unidades prisionais visitadas pela CPI —, já realizamos também diversas audiências públicas lá na Câmara Federal, debatendo com autoridades no assunto o sistema prisional do nosso País. A nossa rotina de trabalho se faz pelas diligências realizadas nas unidades prisionais. Ontem nós visitamos as instalações físicas das unidades, conversamos com parte da população carcerária sobre os principais problemas enfrentados dentro do sistema prisional de cada Estado.



O objetivo da CPI, no final dos seus trabalhos, é estar propondo tanto ao Governo Federal quanto aos Governos Estaduais realmente sugestões para a melhoria do sistema prisional dos Estados, assim como sugerir ao Congresso, através de proposta de leis, alteração na nossa legislação, para que nós possamos oferecer à Justiça brasileira instrumento eficaz do cumprimento da pena da nossa população carcerária.

Hoje, no Brasil, nós temos cerca de 420 mil presos, ou seja, nós temos 0,3% da população brasileira presa. Muitas vezes, até achamos que é um número muito alto, mas os Estados Unidos prendem 5 vezes mais do que nós: eles têm 2 milhões e meio de presos, ou seja, 1% da população americana está presa.

Nós temos também no Brasil um déficit de 220 mil vagas no nosso setor carcerário. Somente para redistribuirmos as vagas, as necessidades de vagas da população carcerária existente, seria necessário construir hoje no Brasil cerca de 220 mil vagas. Levando em consideração que mais da metade das unidades que hoje comportam essa população, já acima da média... Sabemos que mais da metade deveria ser demolida ou desativada, porque são construções antigas, inadequadas, que não têm condição de cumprir com as suas funções. E nós sabemos que o presídio tem algumas funções. A primeira delas é interromper a trajetória do crime, e, hoje, a maior parte dos nossos presídios não consegue interromper a trajetória do criminoso. A maior parte dos crimes é comandada de dentro das cadeias brasileiras.

A outra função seria disciplinar e educar a nossa população carcerária não com métodos que sejam a tortura e a violência, mas com medidas socioeducativas, com qualificação profissional e com propostas de ressocialização, trabalho e estudo dentro das nossas unidades prisionais. Mas com superlotação fica difícil falar em aplicar essas modalidades, porque a superlotação é a mãe de todas as mazelas do sistema carcerário.

Portanto, nós temos alguns grupos de pessoas que defendem que não se deve construir mais presídios, e muitos governantes se apóiam nessas idéias e não constroem presídios.



E hoje temos um problema no sistema carcerário. Se não construirmos novas vagas, jamais vamos resolver. Então, sabemos que o presídio também tem a função de ressocializar e educar.

Na reeducação, nós sabemos que as 2 instituições mais importantes são a família e a escola. A Igreja muitas vezes é auxiliar da família e da escola nesse processo. Mas os presídios brasileiros não têm bons exemplos praticamente. Com raríssimas exceções, nós temos alguns bons exemplos em alguns Estados para se aplicar à população carcerária.

E a convicção que nós temos é a de que as pessoas que hoje são tratadas como bichos dentro dos presídios dificilmente vão sair como gente, e um dia todas elas vão sair. Nós não temos prisão perpétua, nós não temos pena de morte, e a população precisa entender que investir no sistema carcerário não é dar regalia para preso, é garantir a segurança da população. E o sistema penitenciário nunca foi tratado como questão de segurança pelos Estados. E nós estamos convencidos de que, se não investirmos no sistema penitenciário, em vão serão os investimentos feitos na segurança pública. E nós percebemos que mais de 50% da população é reincidente.

Então, não adianta investir em segurança pública fora do presídio — ou não adianta só isso, porque também tem de ter investimento —, sem fazer investimento dentro do sistema penitenciário. Dentro do sistema, de repente, estaria a oportunidade para resolver a maioria dos problemas de segurança pública, mas o Estado não consegue dar conta do recado da população carcerária que está sob a sua custódia.

Com estas palavras, abro esta audiência pública aqui na Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Vamos dar oportunidade às instituições que aqui se fazem representadas, para que possam apresentar algum relatório ou se colocar à disposição da CPI para responder a algumas perguntas que nós julgemos ser necessário fazer nesta tarde, para o bom andamento do trabalho desta Comissão.

Quero dizer também que a CPI não foi criada para defender nem preso, nem Governo nenhum. Nós fomos criados para defender um sistema penitenciário que funcione no País. Então as críticas que fazemos, fazemos sempre ao Estado



brasileiro e ao sistema penitenciário, nunca fazemos a pessoas ou a Governos. E é por isso que esta CPI, por onde tem passado, tem conseguido sensibilizar e mexer com o brio da população, para a necessidade de nós trabalharmos em conjunto para debater e apresentar soluções para o sistema carcerário do nosso País.

Nós agradecemos a todos a presença.

Vamos passar a palavra, neste momento, pelo tempo de 5 minutos, para o representante da Pastoral Carcerária aqui da Região Sul, Dr. Miguel Alcides, que terá o tempo de 5 minutos para fazer uso da palavra. Se a Comissão julgar necessário, poderá fazer algumas interpelações também ao Dr. Miguel Alcides Feldens, que é Coordenador da Pastoral Carcerária.

O SR. MIGUEL ALCIDES FELDENS - Ao saudar o Deputado Neucimar, saúdo todas as autoridades da Mesa, dizendo que efetivamente é importante se trazer à baila o assunto ligado ao presidiário, porque em geral o presidiário — e o senhor fez uma abordagem bastante correta — é tratado como bicho, e não como gente. A humanização do sistema carcerário passa por saber ouvir o preso. Existe um esquema de confinar o preso de acordo com o delito que ele cometeu, muito preocupado com o que ele fez e não com o que ele quer fazer daqui para a frente, e não é investido na ressocialização, na recuperação.

Eu uso uma expressão que eu sempre usei: os maus não são bons porque os bons não são melhores. Existe muito egoísmo. O pessoal simplesmente elimina do seu mapa quem está numa cadeia. No dia em que ele sai, ele não tem em que se agarrar. Se não existir uma comunidade envolvida, se não existir uma Pastoral Carcerária, se não existir um Conselho da Comunidade que colabore, que participe, que ajude na reintegração... Eu nem uso falar “reintegração”, eu uso “integração”, porque muitas vezes ele nunca esteve integrado na sua comunidade. Então, deve haver um esforço conjunto. Cada comunidade devia cuidar dos seus presos dentro das pequenas cadeias. Em Lajeado, por exemplo, nós temos uma cadeia com capacidade para 120 presos, e há 300 presos lá. Existe bem pertinho Estrela, uma comarca de execução criminal. Não tem presídio. Teutônia tem uma vara de execução, não tem presídio. Então afunila tudo para Lajeado, e Lajeado tem de tratar de recuperar todos. Então deveria ter albergue em Estrela, em Teutônia, para reintegrar os seus munícipes. Isso é uma realidade.



Outra coisa que nos preocupa é uma portaria interministerial que não foi assinada pelo Estado do Rio Grande do Sul, a Portaria nº 1.777, em que o Ministério da Saúde e o Ministério da Justiça se preocupam com a saúde do preso. Não está funcionando no Estado do Rio Grande do Sul. Por quê? É um questionamento que a Pastoral Carcerária faz, porque ninguém recupera ninguém na violência. Você vai tornar o homem mais violento ainda. Quando ele sair, vai querer se vingar daquela sociedade que está lá fora, porque tratou ele mal lá dentro. Então, tu vais recuperar alguém tratando ele bem também.

E outra coisa que eu acho errado: temos de armar um esquema, uma maneira de fazer o preso trabalhar. Hoje, em Lajeado, estamos construindo um albergue. Mão-de-obra prisional. Nove internos estão trabalhando na reconstrução do albergue. Isso tinha de acontecer sempre, não só porque estão construindo o albergue. O preso tinha de se envolver. Não é só a superlotação. A minha preocupação é a ociosidade. Isso também não recupera ninguém. Ao contrário, ele fica pior do que ele entrou.

Então, a Pastoral Carcerária faz esse trabalho. Nós trabalhamos em conjunto com o Conselho da Comunidade. Na maioria dos conselhos no Rio Grande do Sul, a Pastoral Carcerária está inserida, ela está envolvida, porque nós temos de trabalhar juntos, nós temos de nos unir, nós temos de trabalhar em parceria. Em Lajeado, se o senhor olhar lá — e está aqui do meu lado o superintendente —, além da Prefeitura, OAB, Associação Comercial e Industrial, tudo que é entidade, Forças Vivas... Nós temos 16 entidades que fazem parte do Conselho da Comunidade, entre elas a Pastoral Carcerária.

Então, queria dizer que é oportuno este evento, levantar os problemas e buscar aquilo que pode auxiliar e ajudar na recuperação do preso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós agradecemos ao Dr. Miguel Alcides e nós queríamos depois fazer algumas perguntas, mas vamos deixar outras pessoas falarem. Depois, vamos fazer algumas perguntas sobre o trabalho que a Pastoral está fazendo aqui no Estado do Rio Grande do Sul.

Com a palavra a Dra. Virgínia Feix para, também pelo tempo de 5 minutos, fazer uso da palavra.



A SRA. VIRGÍNIA FEIX - Boa-tarde a todas as pessoas presentes. Cumprimento o Deputado Federal Neucimar Fraga, em nome de quem cumprimento todas as autoridades da Mesa.

Eu represento a cátedra de Direitos Humanos do Centro Universitário Metodista IPA, uma universidade metodista que tem 85 anos de tradição em educação no nosso Estado e também em alguns outros Estados do País. A cátedra Direitos Humanos foi concebida no IPA pelo seu projeto pedagógico de inclusão social. Em 2005 mesmo, a cátedra já passou a discutir a possibilidade de ter projetos de extensão dentro dos presídios do Rio Grande do Sul. Foi assim que nós criamos um projeto.

Hoje temos 3 projetos de extensão de 3 cursos diferentes: curso de Direito, curso de Música e o curso de Serviço Social, sendo que o mais importante entre eles é uma turma de Serviço Social dentro do Presídio Feminino Madre Pelletier. A escolha por um curso de Serviço Social dentro do Presídio Madre Pelletier veio em função do questionamento às próprias presas em relação ao que elas desejariam estudar se tivessem essa oportunidade. Foi feito um questionário, e elas demonstraram, entre as preferências, o curso de Serviço Social. Então, o IPA organizou um convênio, propôs um convênio para a Secretaria de Segurança Pública do Estado, que foi aceito, e se comprometeu a estabelecer todas as condições para que essa turma funcionasse dentro do presídio.

Foram criadas, então, 2 salas de aula, com reforma feita pela instituição, pela universidade, um laboratório e uma sala de informática E, ao fazer a discussão sobre essa proposta de uma turma de Serviço Social dentro do presídio, houve também uma mobilização dos funcionários, de agentes penitenciários, para participar desse projeto como alunos, também terem acesso a constituir essa turma.

O IPA entendeu que isso seria interessante, pela oportunidade de colocar em convivência presas e também pessoas responsáveis pelo cumprimento da pena, como os agentes penitenciários. Foi, então, constituída uma turma com 39 alunos, em 2006/1. Desses 39 alunos, hoje nós temos 34 cursando, sendo que dos 34 que cursam, 24 estão dentro do presídio fazendo as aulas, recebendo a formação dentro do presídio, e 10 já estão fora, recebendo a formação no *campus* do IPA, junto com os demais alunos do curso de Serviço Social. Isso é resultado da progressão de



pena de 10 mulheres que iniciaram nessa turma no regime fechado e que hoje já estão dentro do *campus*, cursando normalmente, relacionando-se com todos os demais alunos dessa instituição, dos diversos cursos.

É importante ressaltar que esse projeto passa por grandes dificuldades. Nós temos um curso de Serviço Social em que a partir do sexto semestre os alunos necessitam fazer estágios extracurriculares. Então os alunos que permanecem em regime fechado terão alguma dificuldade no sentido de que deverão obter autorização judicial para poder fazer as atividades curriculares fora. Mas, pela progressão de regime, hoje nós só temos 3 mulheres em regime fechado dentro dessa turma que fazem o curso dentro do Presídio Madre Pelletier. Os outros 21 alunos são agentes penitenciários: 3 homens agentes e 15 mulheres que estão dentro desse curso, totalmente financiado pela Rede Metodista e pelo IPA.

Outra informação importante é que essas mulheres do regime semi-aberto e que já estão cumprindo liberdade e outras que já estão em liberdade condicional estão se integrando e demonstrando a importância de um projeto de formação, de um projeto de educação dentro de um presídio, porque já estão assumindo lugares na sociedade e se reintegrando.

Eu vou citar 3 alunas nossas e o que elas já estão demonstrando em termos de inclusão social. Uma delas já é integrante do primeiro diretório do curso de Serviço Social do IPA. Ela se inscreveu na chapa, concorreu e foi eleita. É uma aluna que está em regime semi-aberto e que faz parte da direção do diretório do curso de Serviço Social do IPA. Outra aluna está estagiando na biblioteca da universidade, no *campus* central, e está em via de ser efetivada pela universidade, pela boa atuação como estagiária. E uma terceira aluna faz parte de um projeto de pesquisa desenvolvido pelo curso, em que, em convênio com o Governo do Estado, está desenvolvendo uma pesquisa na área de Serviço Social, em Viamão.

São exemplos bem-sucedidos que demonstram a importância de que as instituições da sociedade, como as universidades, como as escolas e todos os outros segmentos, olhem para dentro das instituições sociais e façam a sua parte de contribuição. Não é possível modificar o sistema carcerário, se não pudermos construir uma visão crítica a seu respeito, e essa convivência dentro dos presídios faz com que os alunos que estejam trabalhando como estagiários nos projetos de



extensão, as alunas e os agentes passem a refletir sobre o sistema e tenham capacidade para melhorar.

Só a notícia de 2 outros projetos que também se realizam nos presídios do Rio Grande do Sul pelo IPA. Um deles é o projeto de extensão do curso de Música, que está colocando um coro e um projeto de percussão dentro do Madre Pelletier, o presídio feminino, envolvendo uma professora e 2 estagiários, que estão lá 2 vezes por semana, com projetos para as presas poderem cantar, aprenderem a participar de coro e também de percussão. E o outro, o terceiro projeto, é um projeto no presídio central, que se chama Direitos Humanos na Prisão, que envolve também agentes penitenciários e presos, no sentido da busca do autoconhecimento e da reflexão sobre a pena privativa de liberdade e a relação dos apenados com os agentes penitenciários.

Era isso o que eu teria a prestar. Estou à disposição para quaisquer outras informações.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós agradecemos à Dra. Virgínia, professora da cátedra de Direitos Humanos do Instituto Metodista de Porto Alegre.

Vamos passar a palavra — e convidá-lo para estar conosco na Mesa — ao Dr. Luiz Fernando Correia, Presidente da FEBRASPEN, dos agentes penitenciários. S.Sa. terá o tempo também de 5 minutos para fazer uma explanação a respeito da situação dos agentes penitenciários aqui do Estado.

O SR. LUIZ FERNANDO CORREA DA ROCHA - Boa-tarde, Deputado Neucimar. Em nome do Deputado, eu cumprimento os demais participantes.

Hoje, acho, o senhor pôde ter uma idéia de como estão os presídios gaúchos. Nós estamos aqui praticamente na totalidade dos presídios gaúchos com uma superpopulação carcerária, com falta de pessoal, com falta de equipamentos. É aquilo que eu falava em Brasília. Os senhores devem estar correndo o Brasil aí e devem estar ouvindo as mesmas reclamações, só muda o sotaque. Então, a nossa preocupação é imensa aqui. Nós estamos chegando a um ponto preocupante, muito preocupante, aqui no Rio Grande do Sul. Nós não vemos em um curto espaço de tempo uma saída para isso. As construções aí que... O Governo Federal está



mandando verbas para construir presídios, mas nós sabemos que demora, que demanda um certo período para ficarem prontas. E esse período... A cada ano que passa a população carcerária está crescendo em média de 10% ao ano. Quando essas construções estiverem prontas, nós já vamos estar lotando essas prisões, já vão estar superlotadas essas prisões.

Então, nós estamos sempre correndo atrás do tempo e não vemos aqui, no Rio Grande do Sul, também uma preocupação muito grande com a contratação de pessoal. Nós tivemos aí um concurso, no Governo passado... E este Governo acabou contratando esse pessoal, mas era um efetivo para assumir Osório, que estava com a Brigada Militar, e também para suprir algumas outras necessidades, de Caxias, em que vai ser inaugurada uma casa agora. Mas, em contrapartida, o Estado retirou horas extras, retirou as diárias. Na realidade, nós ficamos com menos mão-de-obra do que estamos hoje, do que estávamos antes. Então, é preocupante para nós. Falta muita gente, em torno de 2 mil homens para a SUSEPE, para trabalhar como agentes penitenciários, na função de agentes penitenciários, e o risco que nós estamos correndo aqui é muito grande. Nós temos aí projetos — inclusive, nós conversamos em Brasília, na Câmara dos Deputados, sobre a PEC nº 308, da Polícia Prisional, que é um sonho que começa a dar um rosto para o sistema prisional, uma organização para o sistema prisional brasileiro. Temos aí o Projeto nº 330, que todas as Polícias estão pedindo, que é o projeto que trata da aposentadoria especial, do Deputado Mendes Ribeiro. É imprescindível que esses projetos andem na Casa. Então, nós pedimos, sim. Em todo o lugar a que nós vamos, seja no Legislativo, pedimos que apurem, dêem mais tempo, porque o tempo do sistema prisional muitas vezes não é o mesmo tempo dos outros Poderes. Nós não podemos mais esperar. O senhor deveria...

Pena que o senhor esteja aqui de passagem e não tenha tido tempo de visitar a PEGE, onde está a Brigada Militar e as condições são tão precárias quanto as do Presídio Central. Nós temos todas as casas prisionais de regime fechado hoje no Rio Grande do Sul superlotadas. Não há mais onde botar preso no Rio Grande do Sul. Não há mais condições de alojar preso no Rio Grande do Sul. Se não forem tomadas medidas urgentes, nós vamos estar aqui, daqui a pouco, recolhendo presos também em delegacias ou, então, vamos ter de soltar os presos. Não temos mais



regime semi-aberto, ou onde colocar o regime semi-aberto. Por isso que estão inchadas essas casas de regime fechado. Então, a reclamação é de que falta tudo, falta tudo, falta — preocupação nossa — que o Governo se empenhe cada vez mais para resolver esses problemas. A preocupação também...

Nós estamos vendo aí uma luz no fim do túnel com o Governo Federal, com a questão do PAC mandando dinheiro para os Estados, mas, em contrapartida também, os Estados têm de tomar algumas medidas que só cabem a eles, como a contratação de pessoal, como o Plano de Carreira dos Servidores — e há mais de 20 anos eu sou funcionário e estou esperando o Plano de Carreira até hoje. Está parado hoje dentro das gavetas do Governo do Estado e não sai esse Plano de Carreira. Então, a preocupação nossa é grande com a nossa segurança, com a segurança da sociedade.

Há pouco tempo, o Secretario de Segurança daqui do Rio Grande do Sul, Dr. Mallmann, editou uma portaria voltando a revista íntima, que já havia sido abolida no Rio Grande do Sul, e foi uma polêmica aqui no Estado retornarem isso. Eu sempre disse: os agentes penitenciários não fazem questão de fazer essa revista, mas temos de fazer por obrigação, por uma questão de segurança, para garantir a segurança dos presos, para garantir a segurança dos funcionários que estão trabalhando. Então, claro que para terminar com a revista íntima tem de haver investimento em tecnologia, pessoal e em todas as áreas do sistema prisional. Então, o apelo que faço aos senhores de novo é que levem para Brasília os nossos problemas, aqui do Rio Grande do Sul, como o restante do Brasil também deve estar enfrentando as mesmas coisas, e que sejam encaminhadas o mais rápido possível, porque o sistema prisional precisa de ajuda agora; não vai poder depois... Nós estamos lidando com vidas, seja dos presos, seja dos funcionários. Os senhores viram o que é um presídio e uma galeria. Então, agora nós esperamos que, *in loco*, os senhores tomem as medidas necessárias.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós agradecemos ao Dr. Luiz Fernando Correa. Reconhecemos também o trabalho feito por ele em nível nacional junto aos agentes penitenciários do Brasil, a sua luta pela aprovação da PEC dos agentes penitenciários lá nos corredores do Congresso Nacional.



Nós vamos passar a palavra neste momento ao Dr. Gilmar Bortolotto, Promotor de Justiça de Controle e de Execuções Criminais do Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. GILMAR BORTOLOTTO - Gostaria de, primeiramente, saudar os presentes, os Deputados e as pessoas que aqui estão, e dizer o seguinte: nesse problema do sistema prisional, sempre que eu vou falar sobre o assunto, eu me lembro de um livro que foi escrito pelo Prof. Luiz Eduardo Soares, cujo nome é *Cabeça de Porco*, que fala sobre as relações de indivíduos com o tráfico de entorpecentes, e ele utiliza ali uma expressão que é simbólica. Ele diz o seguinte: que existe na sociedade brasileira e em qualquer outra um problema, porque nós temos pessoas que são invisíveis, o problema da invisibilidade. O que é isso? Todo mundo aqui vê menor de rua no sinal etc., mas não presta atenção àquilo a que está acostumado. Se essa pessoa for viver um mês na Suíça, quando voltar, ela vai ver menor de rua em tudo que é lugar. Por quê? Porque lá não existe isso. Então, aqui, salta aos olhos, passa a saltar aos olhos. Esse menor de rua vai se tornar visível quando nós formos assaltados por ele. Ele chama a atenção dessa maneira, e o sistema prisional funciona da mesma maneira. Nós só prestamos atenção quando a coisa está estourando. Antes disso, parece que há ali alguma coisa invisível que nós fazemos questão de não enxergar.

Eu acho que nós temos um débito de civilidade com o sistema prisional, e isso é o que falta. Ele é um serviço público como qualquer outro, como um hospital, como uma escola, enfim, como serviços públicos que o Estado tem o dever de prestar ao cidadão, na medida em que as contribuições, os encargos — e nós todos sabemos quanto nos custam os tributos...

O Ministério Público, há cerca de 10 anos, inaugurou aqui na Região Metropolitana uma promotoria, essa a qual eu pertencço, que tem promotores que atuam nos processos e alguns outros — somos em 3 —, fazendo a fiscalização dos estabelecimentos penais. Como é que isso funciona? Nós fazemos mais ou menos isso o que os senhores fizeram hoje nas casas prisionais, e são 15 aqui na região de Porto Alegre e Charqueadas, as maiores do Estado. Depois disso, fazemos um contato direto ali com as “lideranças” — entre aspas — dos presos para ouvir reclamações, situações irregulares etc. Isso abriu, ao longo do tempo, um canal de



diálogo bastante importante. Nós ouvimos ali tudo que é tipo de barbaridade, todo tipo de reclamação, e procuramos dar encaminhamento às coisas que dizem respeito à nossa atividade.

Além disso, nós recebemos na nossa Promotoria uma média de 10 mil cartas de apenados de todo o Estado, e essas cartas são respondidas normalmente com a... Eles questionam sobre a situação jurídica. O preso vai receber lá dentro da penitenciária uma informação detalhada, assinada pelo Promotor, com os documentos, guia de recolhimento, prazos para benefício etc. No mesmo passo, atendemos ali, na Promotoria, uma média de 10 mil familiares de presos durante o ano, a cada ano, ouvindo essas reclamações, que são sempre as mesmas — não é? —, porque dependem de coisas que estão fora do alcance, vamos dizer assim, da atribuição direta do Ministério Público. E fazemos também intervenções que chamamos de mediação, quando há algum problema lá, um pouco mais grave, em que uma certa violência se prenuncia, nós sempre comparecemos e tentamos, através do diálogo e da intermediação funcionários e presos, conduzir a coisa de alguma forma que evite essa violência.

Eu acho que o sistema prisional, ele está assim, na verdade, porque nós queremos que ele seja assim — nós, sociedade brasileira, não é? Nós não nos damos conta disso, mas, na verdade, por trás de tudo isso existe uma razão que é ideológica. Eu já fui assaltado 2 vezes, e, no geral, quem sofreu com o crime — quase todo mundo está sofrendo — não gosta de ver preso, não gosta de se ligar no sistema prisional. O resultado disso é óbvio: o sistema de justiça e segurança, ele começa pelas Polícias e termina no sistema prisional. Se o investimento não for proporcional, de uma ponta para a outra, vai acontecer isso.

Nós temos aqui no Estado — e duvido que seja diferente em qualquer Estado do Brasil — um tema polêmico, que são as tais das fugas e evasões de presos do sistema, no geral. Aqui no Estado, em 9 ou 10 anos, nós tivemos 35 ou 36 mil apenados que saíram do sistema, ou porque fugiram de dentro de estabelecimentos ou porque não voltaram quando foram liberados para a saída temporária, para o trabalho externo, 35 ou 36 mil. Há uma lei estadual que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Em quanto tempo isso?



O SR. GILMAR BORTOLOTTO - Em 9 anos. ... que determina a publicação desses dados mensalmente. Uma boa parte, a maior parte, tem a ver com os regimes aberto e semi-aberto, presos que saem para trabalhar e não retornam, saem para a saída temporária e não retornam, ou que fogem de dentro do estabelecimento. Essa população — e isso ocorre pelas inúmeras deficiências materiais e de recursos humanos do sistema prisional também — realimenta a criminalidade. Nós temos aqui policiais, e eles podem confirmar a quantidade de foragidos que eles recolhem novamente todos os dias, e boa parte deles em flagrante delito.

Então, o sistema hoje é, no mínimo, para utilizar um eufemismo, um sistema burro, porque nós estamos, na verdade, realimentando esse sistema, sem falar, e os senhores devem ter conhecimento disso — aqui no Estado do Rio Grande do Sul a dimensão é menor, mas também existe — nas facções penitenciárias. O nosso ícone é o PCC, mas isso existe em qualquer lugar. O que existe hoje quando se coloca gente dentro do sistema carcerário, nos estabelecimentos mega, como é o Presídio Centra e outras penitenciárias, é que nós estamos alimentando um sistema de recrutamento de mão-de-obra para o crime. Esta é a realidade, é o que acontece.

O que nós fizemos com relação a isso, já que eu estou dizendo que eu estou há 10 anos nessa atividade? Há essa parte aí que tem a ver, vamos dizer assim, com aquilo que eu acho muito importante, que é a produção de civilidade, a prestação do serviço lá dentro — temos de ouvir a reclamação de quem está ali e dar encaminhamento —, e também as demandas que, infelizmente, nós temos contra o Estado. Nós temos aqui 15 estabelecimentos, na Região Metropolitana, e 4 deles, inclusive o Presídio Central, estão interditados parcialmente, por ação do Ministério Público. No final do ano passado — eu tenho cópia aqui para fornecer, se a Comissão tiver interesse —, nós movemos uma ação civil pública contra o Estado do Rio Grande do Sul, cuja demanda é exatamente vagas no sistema.

Então, eu fico à disposição, mas eu acho que nós não temos nenhuma saída a não ser o investimento pesado que tem de começar a ser feito, sob pena de nós ficarmos retrabalhando um problema que é sempre o mesmo e que está ficando superdimensionado e a cada dia aumenta mais. Não há saída para isso, nós temos de quitar o nosso débito com o sistema carcerário.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós agradecemos ao Dr. Gilmar Bortolotto. Na diligência feita hoje aos 2 presídios, percebemos que é um promotor atuante, que a população carcerária o conhece — porque ele visita — e o chama pelo nome. Não é o mesmo caso do Juiz de Execuções Penais do Estado aqui, porque nós estivemos hoje na unidade prisional, e a informação que nós tivemos da direção dos presos é que este ano não foi feita uma visita do juiz ainda no estabelecimento prisional.

O SR. LUIZ FERNANDO CORREA DA ROCHA - Deputado, o senhor me permite? Só para corrigir um dado que o Dr. Bortolotto lançou aqui agora. Quando ele fala em 35 mil fugas nesses últimos anos, menos de 1%, muito menos que 0,5% disso é do regime fechado; o restante, todas elas são com autorizações judiciais da VEC, que vão para a rua. São semi-abertos, abertos, que vão para a rua.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - É, mas eu, particularmente, fiquei assustado, porque são cerca de 4...

O SR. LUIZ FERNANDO CORREA DA ROCHA - Para lhe dar uma idéia, o Bruno talvez... O Bruno é o superintendente e tem os dados. No ano passado, nós tivemos 4 ou 5 fugas de regime fechado em todo o Estado. Então, assim, esses números, quando se fala em 35 mil, não são só de regime fechado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas ele deixou bem claro que é de evasões.

O SR. LUIZ FERNANDO CORREA DA ROCHA - De evasões, presos que saem com autorização judicial e não retornam, e acabam cometendo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas é um número muito alto, são 4 mil por ano.

O SR. LUIZ FERNANDO CORREA DA ROCHA - Todos com autorizações judiciais para sair.

O SR. GILMAR BORTOLOTTTO - Agora eu quero também... Só porque... Eu não afirmei, eu não afirmei que fossem todos do regime fechado. Eu disse fugas e evasões. E, mais do que isso, disse e frisei que a maior parte delas são presos do regime aberto e semi-aberto que saem com autorização judicial. Existem muitas também de dentro dos estabelecimentos penais de regime aberto e semi-aberto,



presos que estão lá dentro. Isso decorre das deficiências, isso não é culpa do agente penitenciário. Decorre das deficiências.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Na verdade, nós ficamos até assustados, porque são 4 mil evasões por ano.

Eu vou dar a palavra para todo mundo. Todo mundo vai ter oportunidade de falar, porque senão eu ia até pedir para usar a palavra no tempo que nós concedermos a palavra, porque senão a gente tumultua a sessão e alguns falam de mais e outros falam de menos. É importante que todos falem aqui. Queremos dar voz a todo mundo.

Mas são 4 mil evasões por ano. São 36 em 9 anos...

O SR. LUIZ FERNANDO CORREA DA ROCHA - Isso que eu queria corrigir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - ... pela informação que são quase 4 mil por ano. É um número alarmante, se os dados estatísticos estiverem certos.

Mas nós vamos continuar com... Depois, nós vamos fazer algumas perguntas, para o promotor e para os agentes, mas nós vamos dar seqüência aqui, para que todos tenham a oportunidade de fazer uso da palavra.

Nós vamos conceder a palavra agora ao Dr. Márcio André, que é Juiz-Corregedor aqui do Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. MÁRCIO ANDRÉ KEPPLER FRAGA - Sr. Presidente dos trabalhos, demais Deputados, companheiros de Mesa, senhoras e senhores, eu pretendia começar a conversar com os senhores não pelo diagnóstico, porque eu acredito que do sistema penitenciário todos conhecem o diagnóstico. Antes, porém, de encaminhar, o que eu acredito que é fundamental, sugestões de soluções para os nossos problemas, em virtude da menção feita pelo Presidente em relação ao colega que é Juiz da Vara de Execuções Criminais de Porto Alegre, eu vou me permitir fazer uma breve explanação, singela, sobre como funciona o Poder Judiciário na questão do sistema penitenciário. Nós temos, em Porto Alegre, os presos também do Complexo Charqueadas, que nós assim denominamos os presos das cadeias de São Jerônimo e Charqueadas. Os 2 colegas que cuidam da execução criminal — eu sou Juiz-Corregedor, e são 2 juízes que cuidam disso — têm um volume de aproximadamente 12 mil PECs, 12 mil presos. E não são 12 mil



condenados a penas e medidas alternativas, são aproximadamente 12 mil PECs. Essa realidade é uma realidade que faz com que os colegas tenham grande dificuldade de fazer também o controle, digamos, das cadeias. E aqui eu não posso deixar de fazer a referência: isso se deve também, muito, a uma ação muito forte e atuante do Dr. Gilmar Bortolotto, que tem um relacionamento bastante estreito com os colegas da Vara de Execuções Criminais, e, conseqüentemente, se dilui um pouco essa carência, essa deficiência, pela impossibilidade desse comparecimento dos magistrados nas cadeias. Um dos colegas inclusive recentemente andou com segurança, e é uma coisa que nos preocupa, de modo geral, até por isso nós não temos aqui no Rio Grande do Sul um juiz responsável pela execução criminal, porque isso já custou a vida de um magistrado, no caso de São Paulo, que era o Juiz-Corregedor que cuidava do sistema penitenciário como um todo e que foi morto, como todos sabem, e ao que tudo indica, vinculado a essa situação. Pois bem. Mas, feita esta pequena digressão, apenas para esclarecer nesta audiência pública a CPI a respeito dessa situação dos colegas que atuam aqui em Porto Alegre, como eu disse no início, acredito que o diagnóstico do sistema penitenciário é de conhecimento geral: superlotação, relegado a um segundo plano, falta de qualquer perspectiva de ressocialização. Eu imagino que a gente possa encaminhar soluções a partir de algumas linhas. Uma delas está vinculada a se criar algum mecanismo legal que obrigue os Estados a direcionar uma parte do orçamento para a construção ou para o sistema penitenciário de modo geral, o que atenderia essa carência. O segundo tópico que eu acredito que possa ser atingido, porque não adianta só construir presídios, evidentemente — e ouço, aliás, com alegria, a manifestação do Presidente, no sentido de que, muito embora haja vozes dizendo que o encarceramento não é a solução, a questão é que há pessoas que precisam ser encarceradas. E na atual circunstância, no atual quadro nacional, nós temos um déficit tão grande de vagas que é preciso investir nessa área. Uma coisa não exclui a outra. Num segundo momento, se nós tivéssemos vagas no sistema penitenciário condizentes com o número de apenados, nós precisaríamos trabalhar a questão da ressocialização. E a ressocialização passa sobretudo por trabalho. Há necessidade de se utilizar aquela mão-de-obra. O Estado, como é do conhecimento geral, é relativamente lento nessa absorção. E me parece que as parcerias público-privadas



podem — claro que alvo de críticas, evidentemente — ser um encaminhamento de uma solução, no sentido de buscarmos ou de utilizarmos essa mão-de-obra através da iniciativa privada, que pode, evidentemente, colaborar com os custos do Estado. Eu gostaria só de não ser mal interpretado. Eu não estou propondo aqui a privatização dos presídios, não se trata disso, até porque isso é inviável. A jurisdição vai continuar sendo dos magistrados, o controle vai continuar sendo, no caso, da SUSEPE ou do órgão correlato que exista nos Estados. Mas trazer a iniciativa privada para dentro do sistema penitenciário. Uma terceira perspectiva que eu acredito que é importante é a conscientização, uma campanha de conscientização demonstrando que investimento em sistema penitenciário é um investimento em segurança pública, é um investimento para o cidadão. E isso precisa de alguma maneira passar para a população. Lamentavelmente, nós não conseguimos isso. Como bem disse o Dr. Gilmar, quando nós somos vítimas de um assalto, é inevitável que se crie uma mensagem refratária. Há uma necessidade de fazer campanha nesse sentido. Por último, se eu pudesse trazer à baila, seria a questão dos regimes. Eu acredito que, hoje, na prática, a bem da verdade, nós não temos 3 regimes. Nós temos um regime, que é o fechado, e outro, que é o aberto, porque o semi-aberto ou se confunde com o fechado, no início, ou se confunde com o aberto. Esta existência de 3 regimes, primeiro, gera um sentimento de impunidade muito grande, pelo número de apenados que podem ser agraciados com o regime semi-aberto, de 4 a 8 anos. Segundo, cria um esgotamento do sistema penitenciário com a necessidade de se criar colônias penais agrícolas e industriais que não existem, a bem da verdade. De sorte que se poderia pensar ou pelo menos deveríamos começar a pensar em legislar não para o ideal — aí, sim, acredito que os 3 regimes seriam —, mas para nossa realidade. E aí eu acho que nós poderíamos começar a pensar na existência de tão-somente 2 regimes. Eu sei que esgotei meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Só interrompendo, mas dentro dessa filosofia aí — só para tentar uma colaboração, a gente já discute isso dentro da CPI, não se sabe até que ponto as autoridades estão dispostas a prosseguir nessa discussão —, praticamente nós estamos falando de um regime de progressão de pena. Tem alguns países que não aplicam. Em vez de aplicar 30 anos de cadeia e com 5 o cidadão ter direito, dá 10 e tira 10 de cadeia. Praticamente



seria essa a linguagem. Se tem o fechado, o semi-aberto e o aberto, o fechado e o aberto.

O SR. MÁRCIO ANDRÉ KEPPLER FRAGA - Fechado, aberto e livramento condicional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu pergunto: seria o caso, por exemplo, no Brasil, de a gente começar a pensar em discutir essa questão da progressão, em vez de dar uma pena de 30 para, com 5, ter direito, dar de 10 e tirar 10 de cadeia e depois ir para a rua? É isso?

O SR. MÁRCIO ANDRÉ KEPPLER FRAGA - Talvez. Hoje, o que me preocupa é o seguinte: a bem da verdade, o regime semi-aberto deveria ser cumprido em colônias penais agrícolas e industriais. Nós não temos isso. E, conseqüentemente, hoje, o que diferencia o regime semi-aberto do fechado ou do aberto é a exigência ou não por parte do magistrado de um 6º para o serviço externo. A LEP, no artigo que trata do serviço externo, ela diz que se exige um 6º para o serviço externo, no entanto ela não se refere a qual regime, não é explícita em relação ao regime. Isso faz com que os magistrados ora se reportem ao regime fechado, ora ao semi-aberto. No momento em que eles interpretam como sendo semi-aberto, eles igualam o semi-aberto com o fechado. E em seguida, se eles não o fazem, igualam o semi-aberto com o aberto. Isso faz com que tenhamos uma massa inchada e que talvez pudesse ser diluída. E a questão da progressão, claro, demandaria toda uma alteração, no sentido de que progressões com um sexto já não haveria mais necessidade, porque nós teríamos 2 regimes, e progressões com um 6º passariam a ser absolutamente pífias, como é, a bem da verdade, hoje, no sentido de que uma pessoa que comete um homicídio qualificado teoricamente, se não fosse o homicídio pela questão de ser hediondo, em 1, 2 anos teria a possibilidade de progressão. Na verdade, o que eu gostaria de deixar assente aqui é no sentido de trazer à baila discussões que possam alavancar soluções. Os senhores certamente passaram no País, estão passando no País, e o diagnóstico não vai mudar, com raras exceções pontuais, de uma particularidade, de um abnegado que, de repente, num Estado faz algo que no outro não há. Mas o nosso diagnóstico é evidente no sentido de superlotação e necessidade de se colocar



recursos nessa área e de se dar uma nova mentalidade para esse programa. E é isso que eu gostaria de deixar aqui à guisa de colaboração.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Queremos agradecer ao Dr. Márcio André Fraga. E vamos passar a palavra neste momento ao Dr. Antônio Bruno de Melo, Superintendente do Sistema Penitenciário do Rio Grande do Sul.

O SR. ANTÔNIO BRUNO DE MELLO TRINDADE - Boa-tarde a todos, boa-tarde, Deputado Neucimar, boa-tarde, Deputado Busato, Deputada Jusmari, boa-tarde a todos os colegas de Mesa, representantes de entidades, colegas da SUSEPE presentes. Como servidor, Deputado Neucimar, 25 anos na SUSEPE, é a primeira vez que realmente eu vejo uma discussão séria, e uma discussão partindo da Câmara Federal para solucionar o grave problema do sistema penitenciário, que hoje — e o senhor constatou isso — são vagas. Não é só no Rio Grande do Sul, é em todo o Brasil. Então, para o senhor ter uma idéia, nós temos no Rio Grande do Sul 25.790 presos. Desses, 8.154 estão no regime aberto/semi-aberto, 16.944 no fechado, e temos um estabelecimento para medir segurança, que é o nosso Instituto Psiquiátrico Forense, com 699. Então, nós temos um déficit de vagas hoje no Rio Grande do Sul de 9.519 vagas. Não dá para fazer tratamento penal dessa maneira. O que nós estamos fazendo? Nós estamos com pouco dinheiro do Governo do Estado — o Governo sabe que nosso Estado passa por sérias dificuldades financeiras. Com auxílio também do Governo Federal nós estamos construindo, já com o dinheiro liberado, 7 estabelecimentos para mais ou menos 500 presos: um está em construção, para também mais ou menos 500 presos; um está sendo licitado, 4 albergues para 98 vagas estão sendo licitados; 2 estabelecimentos estão em recuperação e ampliação; e temos 2 para inaugurar, que é anexo do Presídio Central, que o senhor constatou hoje pela manhã, e a Penitenciária Regional de Caxias do Sul. O total de vagas dá por volta de 6 mil vagas. Ainda não combate o déficit de vagas que nós temos lá. Temos o projeto na SUSEPE para fazer ampliações de presídios. Porque eu acredito — e conheço o sistema penitenciário brasileiro — que o sistema penitenciário gaúcho é um dos que tem a melhor distribuição de presos no Brasil. Nós temos 91 estabelecimentos regionalizados. Um exemplo: a Bahia. Os estabelecimentos penais da Bahia são quase todos no litoral. Outro dado importante: não temos um preso em delegacia no Rio Grande do Sul há



30 anos. Não é de hoje isso. Não temos um menor preso. O feminino que nós temos, a demanda foi muito grande. Nós temos até um estabelecimento, já ultrapassado, que o senhor visitou hoje pela manhã, que era um convento de freiras, que foi doado para se ter uma penitenciária, e estamos... Já temos dentre essas construções uma penitenciária feminina a ser construída. Temos mulheres nos presídios do interior? Temos, devidamente em seu lugar, em galerias ou em celas separadas, por zona, não como ocorreu em Estados brasileiros aí, em que houve mulher cumprindo pena junto com homens. A gente não tem... Por que temos mulheres? Por que na condenação — o Dr. Márcio pode confirmar — o juiz prefere deixar a mãe perto do filho, a esposa perto do marido, a filha perto da mãe. Os juízes condenam e deixam para cumprir a condenação... E nós não temos — e a gente está preocupado com isso — estabelecimentos prisionais próprios para mulheres, construídos para mulheres como um projeto, que temos até com o nosso engenheiro que está acompanhando a comitiva, que nos doou o projeto que estamos construindo em Santa Maria, que estamos construindo em Passo Fundo, que vamos construir em Bento Gonçalves e que vamos construir em Lajeado. É o projeto do nosso engenheiro, que está acompanhando a sua comitiva. Também — falava ele hoje — tem um projeto de penitenciária feminina que gostaríamos de recebê-lo. O DEPEN também está executando um projeto para penitenciária feminina para resolvermos o problema das presas femininas no Estado do Rio Grande do Sul. O que que nós temos? Temos uma escola do serviço penitenciário também com quase 40 anos. Temos servidores qualificados, mas não fazemos tratamento penal, não recuperamos ninguém se não tivermos vagas. E nós não maquiamos nada também. Aquilo que o Coronel Éder demonstrou pela manhã é o pior que já vi no sistema penitenciário do Rio Grande do Sul. Nós poderíamos ter colocado outro pavilhão lá. E os senhores diriam: *“Claro, quero ver aquele ali”* E o senhor iria lá visitar... Mas, não, nós mostramos o pior. O colega Rocha falava da PERG. É pior do que a PERG aquele. E Mostramos um razoável, para não maquiar. Não estamos aqui para maquiar. É a mesma coisa quanto aos dados que o Dr. Gilmar colocou sobre fuga e evasões. Uma vez, lendo a *Zero Hora*, eu abro a *Zero Hora*: *“Rio Grande do Sul campeão brasileiro de fugas”*. Isso aí choca qualquer um, qualquer Governo, qualquer pessoa que lê. Aí fui ver... são os dados que... Só que...



Tem Estado que maquia o dado. Nós não maquiamos o dado. Aí resolvemos até fazer a distinção de fugas e evasões. As fugas no regime fechado. Quais são as fugas que tivemos? Nós tivemos, no Governo passado, cinqüenta e poucas fugas de regime fechado de estabelecimentos pequenos. De estabelecimentos grandes não tivemos nenhuma. As evasões que temos: nós temos um sistema em que se o cara atrasou 10 minutos do serviço, automaticamente ele é considerado evadido. E não se mexe no sistema para dizer que ele se apresentou. Então, ele vai aparecer como apresentação espontânea. E se, no ano, o cara se atrasou 10 vezes, 10 vezes ele vai para a estatística como evadido. E essas 10 então... quer dizer, não são 32 mil que se evadiram. Não. Nesses 32 mil, tem gente que foi 10 vezes, 15 vezes, 30 vezes. E essas evasões também têm um número muito alto. Dos 100%, 35% se apresentam espontaneamente, desses presos. É preso que se atrasou, é preso que foi na despensa e se atrasou por causa do ônibus, como outro dia, quando ele disse que a esposa estava... Então, é só para colocar. Eu me coloco à disposição de todos aqui para fazer qualquer esclarecimento. Gostaria de agradecer pela oportunidade. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós é que agradecemos

Queremos convidar também para estar conosco na Mesa a Dra. Maria Palma Wolff, que está aqui representando o Instituto de Acesso à Justiça.

Aproveitamos e passamos a palavra a S.Sa., também pelo tempo de 5 minutos.

A SRA. MARIA PALMA WOLFF - Boa-tarde a todos. Em nome do Instituto de Acesso à Justiça — IAJ, gostaria de agradecer pela oportunidade de estar aqui debatendo. O IAJ desenvolveu, nos anos de 2005/2006, um observatório de direitos humanos na penitenciária feminina. E eu trago aqui o relatório desse observatório, que acredito que tenha informações que possam contribuir para a discussão. Para além das questões específicas da penitenciária feminina, abordamos questões relativas a funcionários, questões relativas a visitas das famílias, enfim, tem um relato desse cotidiano e propostas de ação. Sr. Presidente, vou-lhe passar uma cópia desse relatório. Algumas conclusões desse trabalho que o IAJ vem desenvolvendo. Acho que foram colocadas diversas questões, enfim, que essa não é uma questão específica do Rio Grande do Sul, é uma questão muito mais abrangente. Mas eu queria registrar alguns pontos. Primeiro, partindo de uma



questão objetiva, de que a Lei de Execuções Penais não é cumprida. Ela não é cumprida praticamente em sua integralidade. Desse descumprimento da Lei de Execuções Penais, gostaria de salientar 3 pontos. Primeiro, o quanto nós concordamos, enquanto sociedade — até como o Dr. Bortolotto colocou —, e somos passivos em relação a esse descumprimento. Falo de descumprimento de direitos individuais, de direitos sociais, como acesso à saúde, à educação, enfim. Então, isso é uma realidade, esse descumprimento, tanto da Lei de Execuções Penais quanto de outros direitos e princípios instituídos pela Constituição, pelas regras mínimas da ONU. De alguma forma, nós relativizamos e concordamos com esse descumprimento. Não vemos o preso como um sujeito a ter direitos. Provavelmente, isto esteja muito associado com a origem social do preso, que nos faz, de alguma forma, considerar essas pessoas como não sujeitos e não cidadãos. Então, essa é uma questão. Uma outra questão que acho que é importante, que aparece quando a gente olha o descumprimento da Lei de Execuções Penais é o distanciamento que o presídio estabelece com a comunidade. Todas as questões ou muitas das questões ligadas à segurança, à violência e ao sistema penitenciário são vistas como se não integrassem aquela comunidade, como se a comunidade não pudesse se apropriar, como se isso fosse um problema apenas do Estado. Além disso, apenas dos setores da Secretaria de Segurança Pública, como se isso não fosse um problema da Secretaria de Educação, da Secretaria de Saúde etc. Então, quero registrar que fica muito claro esse distanciamento do presídio com a questão local, com a questão da comunidade. Isso faz com que se estabeleça uma dificuldade de visualizar mecanismos de controle. Então, tanto não se quer que a comunidade olhe para esse descumprimento dos direitos... Então, os muros, como a gente diz, não são só arquitetônicos, são simbólicos também. É importante que a comunidade não se aproprie desse descumprimento de direitos. Eu queria registrar, em relação a isso, uma medida que o IAJ está tomando no momento, que é discutir a portaria que estabelece a revista íntima dos familiares. Consideramos que uma portaria do Secretário não é suficiente para restringir direitos. A portaria estabelece uma abrangência na revista íntima. A justificativa é que o Estado não tem recursos para implementar outros recursos para essa visita. A gente acha que é importante que se faça a revista, que se tenha controles, mas que se tenha a revista de uma forma que



preserve direitos, e não que justamente o sistema penitenciário, que é criado em razão de que as pessoas cometem delitos, ele termine de alguma forma infringindo direitos. Então, a gente entrou com uma medida e estamos discutindo essa questão. Nós temos um parecer do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária que está reforçando esse posicionamento do IAJ, que discute esta questão da revista íntima. Então, é um pouco esse registro. Queria deixar, então, esse relato do observatório de direitos humanos que realizamos através de entrevistas com presos e com funcionários.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.K. Nós vamos passar a palavra agora ao Ten-Coronel. Rodolfo Pacheco, que é Comandante do 15º Batalhão de Polícia Militar, sediado em Canoas, aqui no Rio Grande do Sul. Não sei se ele falará pela Brigada dentro do sistema penitenciário, na guarda, ou se teríamos que ouvir o tenente-coronel, que é responsável... Ou se o Comando fala pelo assunto ou fala como comandante só, pela experiência.

O SR. RODOLFO PACHECO - Mais pela experiência já vivida no sistema. Em primeiro lugar, cumprimento V.Exa., presidente dos trabalhos, os Srs. Deputados, em especial o nosso Deputado Busato, que é nosso conterrâneo da nossa terra, lá de Canoas. Senhores que aqui fazem parte desse trabalho, Senhoras e Senhores, vou testar meu poder de síntese nestes 5 minutos. Já foi frisado que o Rio Grande do Sul é um sistema diferenciado. Por isso que talvez algumas penitenciárias e o nosso presídio central tenham uma lotação um pouco a mais. Porque não existe um preso em delegacia e onde, diariamente, pela mídia se fica horrorizado de ver cenas por este País afora. Esta é uma grande verdade. Aqui me antecedeu antes alguém que falou com muita propriedade do descumprimento de uma série de situações, de regras, e que também essas pessoas possuem direitos. E aqui eu vou a 2 básicos: o respeito e a dignidade do ser humano, que comete seus fatos e lá está para cumprir sua penitência, que é a origem da palavra "penitenciária". E aí, às vezes, eu fico espantado de verificar o tratamento. Como foi o caso de uma rebelião no Urso Branco, em Rondônia, que, enquanto esquetejavam presos e atiravam seus pedaços muro a fora ou muro a dentro, ninguém estava muito preocupado, porque eram presos. Agora, se de repente fosse alguém da comunidade, poderia ser visto com outros olhos. Mas eram presos.



Então, vão esquartejando mesmo porque não tem problema, é um a menos, vai abrir vaga ligeirinho para outro ali. Enfim, nós tratamos assim. Quando no Carandiru ocorreu aquilo, 70% de São Paulo aprovou: “Não, é isso aí. É isso aí mesmo”. Setenta por cento da população que foi pesquisada aprovou. Só que alguns anos depois São Paulo ficou horrorizada porque os presídios estavam mandando na população. Reflexo do quê? Violência gera violência. Não tem outro reflexo. Se nós tratamos um filho nosso que está no convívio diário, debaixo das nossas asas, sem afeto, sem carinho, tratando mal, qual o reflexo que nós vamos ter desse filho logo ali na esquina? Agora, imagina nós tratarmos como estranhos! Tenho falado, vou falar e por isso talvez é que esteja aqui: fui 3 anos diretor de presídio aqui no Estado. Fui diretor da PASC e da PERG e quando a Brigada assumiu em 1995, que era para ficar 6 meses. Estamos em 2008. Os 6 meses estão longos. Qual a ressocialização que existe hoje, Sr. Presidente — bem dito pelo Dr. Bortolotto, pelo Bruno Trindade? Qual a ressocialização que existe hoje? Nenhuma, não existe. Hoje existe, sim, a busca da contenção. Vamos conter aquelas pessoas dentro dos muros e, enquanto der, vamos colocando lá para dentro, não é, meu Tenente-Coronel Éder? Temos 4.200 presos hoje dentro do presídio central. Vamos contendo. E aí, quando vem a ressocialização, eu me lembro de Erechim, uma cidade do interior do Estado conhecida por nós. Casualmente, por militar muito nessa área de negociação com reféns há mais de 17 anos e em todos os fatos fortes aqui do Estado, eu tive oportunidade de trabalhar, eu fui numa rebelião em 94 em Erechim. É uma cidade do interior onde possui uma fábrica de calçados, ou possuía — não sei se ainda existe. Possui uma fábrica de calçados que funciona há muitos anos e muito bem, Deputado. Só que em 94... E nessa fábrica trabalham apenados e pessoas da comunidade, que vêm de fora da cidade para dentro dos muros da cadeia para trabalhar. Só que em 94 transferiram 3 presos daqui, de Porto Alegre, para lá. No primeiro dia, eles olharam a cadeia e se instalaram. No segundo dia, eu tenho estoque, eu tenho faca, eu tenho tiner, posso explodir essa cadeia toda aqui, e tenho refém. O que o senhor acha que deu no terceiro dia? Rebelião, porque misturamos aquela massa que está acostumada ao trabalho. Agora, a maior concentração de apenados aqui do Estado é nessa região que o Dr. Bortolotto trabalha. Eu até gostei de alguma... Vou falar porque ele falou: um sistema burro que



nós temos, porque em Canoas, um município de 350 mil habitantes, no ano passado, prendemos 288 foragidos. O senhor sabe qual é o número em que eu já estou neste ano? Noventa e cinco. Nós estamos prendendo preso. Nós vivemos prendendo preso. A cada dia, estou prendendo um preso que era para estar preso. Bem, aqui, na região que concentra a maior massa carcerária, quando ele troca de regime, o que nós oferecemos para ele? Colônia penal agrícola. Eu acho que esse camarada não conhece enxada nem por foto. Nem por foto ele conhece enxada. Mas ele vai para a colônia penal agrícola. Então, são sistemas... Existem os modelos que, às vezes, a gente viaja um pouquinho, sai dessas nossas fronteiras e fica pensando: por que não pode ser assim? Se formos aqui... na fronteira com a Argentina tem um presídio feminino em que existem celas onde dão pão e água no castigo, às vezes, para a detenta, quando ela sai fora dos perímetros que ela tem que andar. Mas também existe dentro do sistema o seguinte: ela está empregada numa fábrica de calçados e ela vai evoluindo na sua progressão, como disse o Dr. Márcio também, porque eu acho que nós não temos mais 3 regimes. Ela evolui, ela começa a morar em uma residência e a trabalhar na fábrica dentro do presídio. E quando ela vai para o aberto ela começa a trabalhar na fábrica fora do presídio. E hoje em qualquer vaga de emprego: quem de nós empregaria um oriundo do sistema prisional? Porque em qualquer vaga de trabalho temos mais de 10 ou 15 para estar ocupando aquela vaga. E quando vão ocupar: *“Qual é seu estágio, meu filho?” “Dez anos na PERG”*. Então, passa para outro. Não tem condições. Outra situação que eu vejo. Aqui eu me lembro do nosso pastor da Pastoral Carcerária, quando ele disse: *“Eu me recordei de um episódio da PASC”*. Um preso 15 anos preso, Sr. Presidente, na PASC, que é cela de um preso só. Ele, quando saiu do sistema, por liberdade, ele bateu na porte de noite — eu era Capitão, isso em 96: *“Capitão, dá para eu dormir hoje aí?”* Depois de 15 anos preso. Ele não tinha rumo, não sabia para onde ir. Ele não tinha dinheiro, ele não tinha nada. E eu, botando o meu pelego em pala, deixei ele dormir lá, porque se me pegam — era para ter dado a ordem — tiram do sistema. E eu deixei o cara dormir lá dentro, porque ele não tinha rumo nenhum. No outro dia, tive que pegar dinheiro do meu bolso: *“Olha, meu amigo, tem uma passagem, te arranca daqui, senão tu vai me arrumar incomodação”*. E essas são as realidades que nós estamos vivendo. Aí eu



fico, às vezes, espantado — e o País se espantou agora, recentemente — com o caso lá do João Vítor, ou João Paulo, lá em São Paulo. João Vítor não, João Hélio. Aí nós voltamos... voltou á tona de novo um crime hediondo que nós temos que discutir, que já foi discutido quando mataram a filha lá da Glória Peres. Então, tem que matar mais um filho de um grande para nós voltarmos a ter uma discussão séria do sistema, séria em termos de cumprimento, de arrochar ou não. Então, essas são as questões que nós aqui de fora estamos observando. Por fim, eu gostaria aqui de sintetizar as palavras do Dr. Bortolotto, da invisibilidade, e que é uma grande verdade, e que investimento, hoje, começa a ser a palavra-chave. Investimento é a palavra-chave para nós. Eu vou brincar um pouquinho, dizendo, com a terra onde os senhores trabalham: o Brasiliense quase foi campeão de uma copa do Brasil, mas chegou lá no fim, ele foi vice porque faltou qualificação, faltou gente mais forte, enfim, faltou investimento no time, quase foi. Então, investimento, hoje, é necessário. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Está cheio de brasilienses hoje aqui, acompanhando conosco. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Acompanhando-nos na comitiva aqui hoje. Nós estamos com toda... todo o pessoal que trabalha conosco na CPI aqui está...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Ah, é verdade. Estou brincando. Coronel Pacheco, obrigado pela sua intervenção, pela sua experiência na contribuição que possa nos dar aqui.

Nós vamos convidar agora o Dr. Jorge Pedro Galli, da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul, para nós contar alguma coisa aí.

O SR. JORGE PEDRO GALLI - Sr. Presidente, demais Srs. Deputados, Srs. componentes da Mesa, senhoras e senhores, foi dito aqui pelo comandante dos trabalhos até agora que um dos problemas — e foi repetido muitas vezes —, que um dos grandes problemas do sistema penitenciário é a superlotação. Houve sugestões, inclusive da Defensoria Pública, junto à Vara de Execuções de Porto Alegre que se adotasse, como em 2 Estados brasileiros, a eliminação, que o Dr. Márcio falou, de um dos sistemas. São Paulo e Santa Catarina parece que, regime aberto, ele tem prisão domiciliar. Isso aí é um veio muito grande, que abriria uma



série de vagas no semi-aberto e, portanto, no aberto, porque os presos que ganham progressão de regime do fechado para o semi-aberto eles davam 2, 3 meses, porque não existem vagas no semi-aberto e nos abertos. Então, isso aí seria uma solução imediata que o Estado ou o Judiciário poderia tomar. Agora, eu gostaria de dizer que um dos grandes, digamos, o maior problema — e foi falado aqui também — é a questão da recuperação. Acredito que só o encarceramento já recupera, mas esses 20% ou 30% que trabalham na cadeia nunca tiveram oportunidade de trabalhar. Entram muito jovens na cadeia. Eu acredito que aquilo é um início de tratamento. O pouco tratamento penal que é dado ao preso tem os seus resultados. Agora, nós não podemos dar 2, 3 cursos, propiciar 2, 3 cursos aos presos, profissionalizantes, se eles são jogados novamente na liberdade e não encontram a receptividade. É uma questão de desenvolvimento concomitante. Tem que haver, digamos assim, propiciado ao povo brasileiro, e isso nós pecamos. Isso aqui vai ser um ciclo vicioso. Prepara-se o preso, que ele já... Derivou para a senda do crime porque ele não teve oportunidade. É uma questão, digamos assim, social muito forte. É uma questão, acredito que também, de paternidade. O Dr. Bortolotto sabe muito melhor do que eu nesse aspecto. Então, nós estamos num impasse. Discute-se aqui o sistema penitenciário, falta de vagas, superlotação, recuperação, mas não se investe. O investimento no sistema penitenciário é muito importante. O Dr. Bruno falou que o sistema está investindo. Muito louvável e tudo o mais, mas acredito que não na velocidade adequada. Em segundo lugar, planejamento. Onde construir presídios? Nós discutimos, lá na Defensoria Pública, muito isso: a questão da cadeia pública. O grande problema social que nós estamos prendendo um delinqüente, mas estamos deixando a família dele muitas vezes ao relento. Ele fica distanciado 40 quilômetros. Agora, com a criação... a desculpa do Poder Judiciário... Que me desculpe o Poder Judiciário. Agora, criaram uma Vara Regional de Execução. Quer dizer, os processos que estavam aqui em Porto Alegre, cujos presos estavam cumprindo pena na PEJ, lá em Charqueadas, em qualquer daqueles presídios, vão ser conduzidos para Novo Hamburgo. Quer dizer, de 40 quilômetros, que já era distante, ao contrário da lei, que diz que os estabelecimentos penais... A LEP sendo cumprida seria uma maravilha. A LEP determina que os estabelecimentos prisionais sejam construídos não distantes dos centros urbanos, para propiciar a continuidade



da integração com a família. Isso não está acontecendo. O Judiciário deu esse passo, que eu acredito que é errôneo: o sistema penitenciário ou o Poder Executivo, há anos, na época em que o Tenente-Coronel Pacheco estava falando, em 95, quando assumiram os maiores presídios do Estado por causa daquela convulsão, superlotação, o que é que fez o Governo daquela época? O Executivo, sem consultar o Judiciário, construiu presídios regionais modulados, com boa tecnologia — não digo que seja das mais avançadas —, mas em lugares totalmente desnecessários, 15 quilômetros distantes da cidade de Uruguaiana; não propicia a integração. Modulada de Charqueadas, 50 quilômetros de Porto Alegre, quando Novo Hamburgo e São Leopoldo estavam clamando por presídios regionais. Em Montenegro foi construído um presídio que ninguém aceita. É um presídio que não resolveu o problema da região, Novo Hamburgo e São Leopoldo, que é uma cadeia de cidades que vão daqui, de Canoas, até Dois Irmãos, passando por Novo Hamburgo e São Leopoldo, que é um dos maiores índices de criminalidade, que 50 ou 40%, digamos, dos presos que estão naquelas áreas de Charqueadas são oriundos da área metropolitana. Isso aí é exclusão social. Como foram construídos? Na época, tive a oportunidade de consultar o Juiz das Execuções Criminais da época, que hoje é Desembargador, se ele foi consultado sobre as regiões onde poderiam construir ou deveriam ser construídos. Não foi consultado. Consultei o Ministério Público, não foi consultado. A Defensoria, menos ainda. Quer dizer, tem que haver um tratamento sistêmico dessa questão, para ver onde é que estão os pontos nevrálgicos. Fala-se muito em recuperação, mas até 4, 5 anos atrás houve um simpósio aqui na Assembléia Legislativa sobre o problema dos presídios das mulheres; mulheres de Uruguaiana cumprindo pena no Madre Pelletier, apartadas do seu *habitat*. Tivemos que forçar, por medidas judiciais, que o Juízo das Execuções de Montenegro criasse vagas em Montenegro, porque estava destruindo a família de um cidadão. Isso que nós tomamos conhecimento, e muitos outros. Então, são tratamentos sistêmicos que nós temos que dar. Espero que esta Comissão tenha essa capacidade de chamar todos os órgãos ligados a isso. E, quando se planeja construção de presídios, como naquela época dessas moduladas de outros presídios, não foram estudadas as regiões. Espero que, de agora em diante, sejam tomadas essas providências. Parece que tem um presídio federal para ir para



uma dessas regiões aí, mas não vai ser na zona de Novo Hamburgo e São Leopoldo. Então, eu queria dizer, Excelência, que a Defensoria Pública está presente, embora essa paralisação por discussão de salários, que nos foi negada uma melhoria, aí, por esta Casa Legislativa que nos abriga hoje, mas nós continuamos na luta. A equipe da Vara das Execuções, a equipe das casas prisionais continuam atendendo os presídios nessas paralisações. Nesses 70 estabelecimentos prisionais em que o Estado consta, junto com os seus anexos, que chegam a praticamente 90 estabelecimentos...dessas 70 Comarcas onde existem presídios, 58 delas são atendidas pela Defensoria Pública, sistematicamente. E os presídios da área de abrangência da Vara das Execuções Criminais de Porto Alegre, incluindo Charqueadas e Porto Alegre, estão sendo atendidos 2 ou 3 vezes por semana, sistematicamente. Quer dizer, uma Defensoria Pública forte, eu acredito, que é uma das condições essenciais para o resguardo dos direitos do povo e do nosso preso, que é uma consequência social da crise em que estamos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Muito bem. Nós estivemos, nesses últimos... Esta CPI foi instalada em agosto do ano passado. Nesse período, nós visitamos, aí, 16 Estados, hoje completando com o Rio Grande do Sul; visitamos quase 60 unidades prisionais do País. Encontramos, nessas viagens, presídios onde presos dormem junto com porcos, como é o caso do Mato Grosso, embaixo das árvores, junto com os porcos; presos dormindo em barracos, em contêineres; presos sendo incendiados, como é o caso de Minas Gerais, em celas; presos mandando, de uma maneira livre e total, como é o caso de Pernambuco, onde os presos fazem o que querem dentro do presídio; presos também mandando de uma maneira coordenada, de acordo, para que não haja uma rebelião, como é o caso de Porto Alegre, onde a Brigada Militar... E aqui eu quero ressaltar o excelente, o grande trabalho, Coronel Éden, feito pela Brigada Militar, num dos presídios, no Presídio Central, que nós fomos visitar hoje, Pacheco, e que eu fui visitar meses atrás, junto contigo. Mas sabemos que, no Presídio Central de Porto Alegre, se não houver um acordo com os presos, não há como conter aquela massa carcerária, que hoje, um presídio para 1.500 pessoas tem lá 4.219 presos. Então, tem que haver uma conversação.



O País, hoje, tem 420 mil presos, 419 mil e alguma coisa, 220 mil vagas de déficit, mais de 400 mil mandados de prisão na rua sem cumprir. Ou seja, nossa massa carcerária, que é de 0,23% da população do País, que são 180 milhões, poderia ser 1 milhão de presos. Precisariamos de investimento da ordem de 6 bilhões de reais para construir uma estimativa de 133 presídios, que é a estimativa de déficit que nós temos hoje no País.

O Presídio Central tem 4.216 presos para 1.500 vagas. Encontramos hoje lá uma ala que é uma verdadeira Hiroshima. Eu não sei como é que se consegue pensar em colocar pessoas dentro daquela ala do Pavilhão C — não é, Coronel, que nós estivemos lá, o masculino? É o segundo maior presídio do Brasil, atrás do Aníbal, lá de Pernambuco — atrás do Aníbal Bruno, porque lá o caos é maior ainda. A nossa massa carcerária dobrou nos últimos 10 anos. Dobrou nos últimos 10 anos. Os investimentos que estão programados, Dr. Jorge, aqui para o Rio Grande do Sul, com a construção desses vários presídios, a estimativa é de que, dentro dos próximos 10 anos, estejam construídos esses presídios. Até lá, nós vamos estar com a massa carcerária dobrada de novo e vamos continuar em déficit.

Quero saudar aqui o Marquinho Lang, Presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. Aqui do meu lado. Saudação, Marquinho! Encontramos no Presídio Central 400 presos trabalhando, 100 presidiários estudando. Como eu disse, duplicou nos últimos 10 anos, passou de 12 mil para 25 mil presidiários no Rio Grande do Sul.

Lá, no Madre Pelletier, encontramos um trabalho maravilhoso da administração também: com 366 presas, num presídio com capacidade para 228 presidiárias, 148 trabalhando, 122 presas estudando. Problema crônico de falta de médico. Falta lá um ginecologista. São 200 presas na lista de espera para exame ginecológico, onde uma médica vai uma vez por mês e consegue atender 10 detentas. Quer dizer, é impossível! Com a doença sexualmente transmissível se espalhando, nós precisamos urgentemente lá de mais atendimento para aquelas mulheres. E soluções, pelo que a gente tem passado aí...

Há a questão da PEC 308, da Polícia, que é de vital importância, a 330, da aposentadoria, plano de carreira do Estado, investimento em tecnologia. Agora, recentemente, foi aprovado o uso da pulseira eletrônica, que eu acho que vai



resolver em parte para a liberdade, essa assistida. E aí os problemas de classificação de presos, remissão, ressocialização, etc. e tal.

Basicamente, nós encontramos 4 assuntos a serem tratados. Primeiro, a superlotação, realmente. Precisamos de investimentos. Está aí o PAC da Segurança, em que, graças a Deus, o Rio Grande do Sul está sendo contemplado. Em Santa Catarina nós estivemos ontem, há um problema semelhante e não há nenhum investimento contemplado do PAC em Santa Catarina. Como é que nós poderíamos resolver a superlotação? Com maiores investimentos, evidentemente. Temos que investir muito mais do que nós investimos, porque nós não investimos nada nos últimos anos. Comentava-se muito que tinha que investir em escola e não em presídios. Acabamos não investindo nem em escola nem em presídios.

Problema de classificação das penas poderia diminuir, talvez, ou solucionar em parte esse problema. A remissão das penas com trabalho e escola. E esse é o grande problema. Nós temos presídios ainda onde não existem condições de darmos trabalho. E quando damos trabalho para os presos, são trabalhos que não vão levar depois para o seu futuro, ou seja, aquele artesanato rudimentar, que não vai servir para nada depois que ele sair do presídio. E estudo para esses trabalhadores. E penas alternativas, que eu acho que seria uma solução para diminuir também. Assistência jurídica para os presos. Todos os presídios do Brasil, em grande maioria, estão totalmente desassistidos, com raras exceções, como nós encontramos hoje aqui no Rio Grande do Sul, onde os presos e presas conhecem o Dr. Gilmar Bortolotto pessoalmente pela sua assiduidade, que o tem destacado aqui nos presídios. O senhor merece os nossos cumprimentos, Dr. Gilmar, porque é uma das raras exceções no Brasil de presença de um promotor dentro dos presídios, dando assistência aos presidiários. Via de regra, os presos não recebem assistência há 2, 3 anos; não vêm um defensor público — Santa Catarina nem Defensoria Pública tem. Não encontram ninguém para pedir socorro, Pacheco, para poder ver se a sua pena vai ser executada, ou não vai, se vai ser julgada ou não vai, etc. e tal, que causa todo aquele incômodo a que nós temos assistido. E aí projetos arquitetônicos malfeitos, em presídios onde poderia haver 4, 5, 10 agentes penitenciários cuidando do presídio inteiro, nós precisamos de 200 pessoas para cuidar, porque o projeto arquitetônico é inviável. Ou seja, com o que se gasta com



funcionário para manter um presídio em 5 ou 6 anos, poderia ser construído outro presídio, pelo que se gasta em investimento de pessoal, por não termos projetos arquitetônicos qualificados e bem-feitos. Agora parece que vão ser construídos em Santa Maria, Passo Fundo, Bento Gonçalves e Lajeado projetos à semelhança do que nós temos no Distrito Federal, o Presídio da Papuda, que é um presídio modelo, com poucos presos, e o agente penitenciário não tem contato com o preso.

O problema de acesso à saúde e assistência social.

Outro problema grave é a questão da pena ultrapassada do preso, pois o preso está ali — não deveria estar, mas está — por falta de assistência jurídica. É também um grande prejuízo que o Brasil tem com presos dentro da prisão, que poderiam estar na rua e estão ali gastando. Calcula-se que hoje vai de 500 a 9.000 reais por mês o custo de um preso. Então imaginem, se nós computarmos quantas pessoas estão dentro dos presídios que poderiam estar nas ruas, o prejuízo que o País tem.

O problema da ressocialização do preso. Aí precisamos qualificá-lo. Uma grande maioria dos nossos presidiários são analfabetos, não têm acesso a educação. É o grande problema do Brasil: acesso a educação. Aliás, é o grande problema que faz com que tenhamos mais criminosos, e os que lá estão acabam aprendendo o que não devem dentro dos presídios.

E a valorização do agente penitenciário. Encontramos agentes penitenciários mal pagos, sujeitos, evidentemente, a corrupção. E aí nós precisamos reestudar toda a cadeia que trabalha dentro dos presídios.

E, como a senhora falou, respeitar a LEP, a legislação. Há um desrespeito generalizado no Brasil inteiro. Então, eu queria só fazer esses comentários, para que a gente tenha uma noção do que acontece no nosso Brasil. Nós não temos aqui, no Rio Grande do Sul, uma exceção, não é Deputada Jusmari, do que nós vimos acontecendo no Brasil inteiro. Mas aqui o grande problema é realmente falta de investimento e todos esses problemas que nós comentamos.

Eu vou abrir então a sessão, com a presença do Presidente novamente aqui — o senhor saiu, eu tomei conta do microfone e não parei de falar mais. Vamos abrir agora a sessão para dar oportunidade então a perguntas, não sem antes nós darmos uns minutinhos para o Marquinho Lang, que é Presidente da Comissão de



Cidadania e Direitos Humanos, fazer uso da palavra. Dois minutos, com direito a prorrogação de mais 3.

O SR. MARQUINHO LANG - Obrigado, Deputado Busato. Cumprimento todos os Deputados, na pessoa do Deputado Busato, o Deputado Pompeu de Mattos e demais Deputados que acompanham. Quero cumprimentar a todos e dizer que antes a gente não pôde participar exatamente porque a gente estava em plenário e nós não podemos sair do plenário, principalmente enquanto estiver... a Casa, o nosso regimento não deixa que nós participemos. Mas dizer que a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia acompanha e trabalha intensamente para que a gente possa fazer com que isso tudo que foi relatado aqui, até o momento, possa ser feito pelos Parlamentares, que os Parlamentares possam dar sustentação a essa nova visão do sistema prisional. Porque nós soubemos dos problemas, nós temos a visão de onde estão as soluções, mas nós sabemos que, infelizmente, nós não temos — como se diz assim — muitos exemplos que estão dando certo, mas que esses exemplos devem ser trazidos para a maioria do nosso País. O nosso País tem uma dificuldade muito grande, nós atravessamos essa dificuldade aqui no Rio Grande do Sul. A superlotação certamente é o maior problema que nós temos exatamente... Nós temos alguns debates sobre a questão do semi-aberto, que deve ser analisado de forma muito intensa. Acho que hoje um dos maiores problemas do sistema prisional é o sistema semi-aberto. Nós temos que dar um jeito nisso de qualquer forma, porque não é possível que a gente continue fazendo esse meio de campo entre o sistema fechado e a sociedade o tempo todo, fazendo com que quem está cumprindo pena no semi-aberto tenha o tempo todo... recebendo até represálias de dentro dos presídios quando ele retorna para cumprir sua pena. Então eu só queria dar esse conhecimento e dizer que a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos está sempre à disposição e agradecer por esta oportunidade e por este trabalho que está sendo feito dentro da CPI. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu queria agradecer ao Deputado que representa aqui a Assembléia Legislativa e dizer também da nossa preocupação, como já falamos anteriormente, com os profissionais que trabalham dentro do setor carcerário: os agentes penitenciários, a Polícia Militar. Eu estava ali hoje conversando com um soldado que tem mais de 15 anos de carreira, que ganha



1.200, 1.100 reais, ganha líquidos 900 reais por mês, para ficar preso o dia todo, para ficar preso o dia todo porque, no Presídio Central, com 4.500 presos, na hora em que os presos resolverem, eles jogam tudo no chão. Jogam tudo no chão. Se não houver uma boa convivência da administração penitenciária, até cedendo em algumas coisas, que em algum outro estabelecimento não se faz concessão, com certeza aquela cadeia vai a chão na hora em que os presos resolverem.

Agora, nós encontramos ali algumas questões. Nós temos ali, por exemplo, uma mercearia funcionando dentro do presídio. Os presos são revendedores da mercearia dentro das alas prisionais. Eles compram na mercearia embaixo, com um preço bem acima do mercado, normalmente uma média de 30% a 40% acima do mercado, e vendem lá em cima com mais 40% a 50% de lucro.

Da alimentação do presídio nós não ouvimos reclamação, é verdade, mas nós percebemos que os que têm a chave da cantina em cima controlam também a cadeia. E logo que nós chegamos pela manhã, nós percebemos que os líderes da cadeia não deixavam os outros presos falarem. Isso foi notório para nós. A impressão que dá é que, quanto pior for a comida lá em baixo, mais eles vão vender no mercadinho deles lá em cima, porque lá vendem arroz, feijão, óleo, macarrão, carne, salsicha, lingüiça, cigarro, refrigerante. Então, quanto pior for a comida para servir à população carcerária, mais eles vão recorrer à alimentação própria de quem pode pagar. Então, é um problema que nós queríamos deixar também aqui para o Juiz de Execuções Penais acompanhar, para a Promotoria acompanhar, porque mercearia dentro do presídio nós só vimos aqui e em Pernambuco. Conseqüentemente, lá em Pernambuco, o presídio Aníbal Bruno, com 5.000 presos, também é um dos maiores problemas carcerários do Brasil.

São reflexões que nós queremos deixar aqui para as instituições responsáveis pelo cumprimento da pena. O Dr. Corregedor falou, e eu não entendi bem: aqui não há Juiz de Execuções Penais?

O SR. MÁRCIO ANDRÉ KEPPLER FRAGA - Na verdade existem 2 magistrados que são os magistrados responsáveis pela Vara de Execuções Criminais de Porto Alegre. O que não existe é um juiz corregedor que seja responsável pela administração dos presídios, a exemplo do que acontecia (*ininteligível*).



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas o Juiz de Execuções Penais...

O SR. MÁRCIO ANDRÉ KEPPLER FRAGA - São 2 magistrados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas V.Exa. falou que eles não visitam presídio com medo...

O SR. MÁRCIO ANDRÉ KEPPLER FRAGA - Não, não, não, não, não. Eu não disse que eles têm medo. Ao contrário, eu disse que eles têm uma sobrecarga de serviço. Os 2 magistrados trabalham com 12 mil processos. A estrutura que nós temos hoje no Poder Judiciário é diferente da do Ministério Público. O Ministério Público, para cada magistrado, tem 2 promotores que trabalham com os processos, ou seja, são 2 contra 1. Afora isso, o Ministério Público tem 3 promotores que não trabalham com os processos, que é o caso do Dr. Gilmar Bortolotto. O Dr. Gilmar Bortolotto — eu não estou nem de longe, não me interprete mal, desmerecendo o trabalho dele, muito pelo contrário — é uma das pessoas que mais conhecem execução criminal, mas ele não tem a tarefa de trabalhar com o processo de execução criminal. Quem trabalha com os processos, quem concede ou não os benefícios são os magistrados, os 2, e quem opina ou não pela concessão de alguns desses benefícios são os colegas do Dr. Gilmar Bortolotto, que são 2, volto a repetir, são 2 promotores por cada Vara.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu vou dar um exemplo, doutor. Lá no presídio feminino, não há uma presa que conheça o juiz.

O SR. MÁRCIO ANDRÉ KEPPLER FRAGA - Mas eu estou lhe...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A diretora do presídio está lá há um ano e disse que o juiz só foi lá uma vez em 1 ano. Um ano. A lei diz que o juiz tem de visitar pelo menos uma vez por mês. Um ano, e ele só esteve lá uma vez. Praticamente, das presas com quem nós conversamos, nenhuma delas sabe o nome do juiz. No presídio masculino, a informação que nós temos do diretor e dos presos — o diretor chegou em dezembro, se não me engano —, desde dezembro, o juiz não foi lá nenhuma vez. É o maior presídio de Porto Alegre: 4.500 presos.

O SR. MÁRCIO ANDRÉ KEPPLER FRAGA - Eu só vou lhe relatar um pequeno detalhe: o ano passado, preocupados com essa situação... E eu estou-lhe explicando o porquê dessa distinção no caso de Porto Alegre; apenas isso acontece



na situação de Porto Alegre, e eu estou-lhe explicando o porquê. E afora isso, eu gostaria de... O senhor certamente não sabe desta informação. O ano passado, o CONSEP, um conselho de Juízes de Execução Penal do Estado do Rio Grande do Sul, que é um órgão de dentro da Corregedoria do Estado, fez um ato, onde nós fomos — vários magistrados, não foi um magistrado, vários magistrados, o Dr. Gilmar estava junto... Nós estivemos lá no Presídio Central fazendo uma manifestação no sentido de que a superlotação não pode perdurar. E o Central... Hoje o Rio Grande do Sul, por exemplo, não concede essas, digamos, prisões domiciliares para preso em aberto. É uma preocupação de impunidade que os magistrados aqui têm. E essa situação particular, ou seja, que os magistrados vão aos presídios, ela acontece em todo o Estado do Rio Grande do Sul. Há uma exceção particular, e essa exceção que está acontecendo é pontual aqui em Porto Alegre em virtude dessa situação. E ela, digamos, ocorre não com essa intensidade na medida em que, por exemplo, eu quando estive na Vara de Execução Criminal, há um tempo atrás, com o próprio Dr. Gilmar Bortolotto, estive visitando a PEJ. O Dr. Laércio, que está lá há pouco tempo, visitou os presídios. A questão é que nós não conseguimos fazer com a habitualidade necessária em virtude dessa situação. Agora, no Estado do Rio Grande do Sul, de modo geral, os magistrados visitam os presídios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Existe alguma proposta do Tribunal de Justiça de criar mais uma Vara ou colocar alguns juízes para auxiliar esses juízes que estão com sobrecarga? Porque realmente um juiz para cuidar de 12 mil processos, é humanamente impossível se fazer um trabalho.

O SR. MÁRCIO ANDRÉ KEPPLER FRAGA - Nós temos uma proposta que já está implementada, na verdade, que é essa Vara Regional, que foi mencionada aqui, que abarcou uma das casas do sistema penitenciário, ou melhor, do Complexo Penitenciário de Charqueadas. Uma outra é um projeto que está para ser enviado aqui para a Casa, de criação de mais uma Vara de Execução Criminal em Porto Alegre.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado Luiz Carlos Busato, vou passar a Presidência. Deputado Pompeu de Mattos.



O SR. JORGE PEDRO GALLI - Deputado, eu gostaria de fazer só um detalhamento da questão. O Presídio Central, com 4.400 presos, 4.200, uma coisa assim; desses, os que seriam afetos à Vara das Execuções, que são os réus condenados, são 1.400 só. A maior parte desses presos, esses 2 mil e tantos que sobram, são presos que estão respondendo a processos. Quer dizer, o Presídio Central seria uma cadeia pública, seria um presídio de passagem. Ele está sendo usado, esses presos estão sendo retidos porque o sistema penitenciário não consegue absorvê-los. Eles teriam que ir para o interior, para as penitenciárias, para cumprir pena. Então tem uma distinção. Digamos assim, o comprometimento da Vara das Execuções no caso... Inclusive a Defensoria Pública atende lá no Presídio Central. E não é uma calamidade de pessoas que nós temos que atender porque a maior parte delas são réus que estão respondendo a processos, um terço delas ou menos até, são réus condenados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Convido para compor a Mesa o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Alceu Moreira, a quem agradeço pela presença e pelo espaço cedido à Comissão Parlamentar de Inquérito. Como sei que a agenda do Presidente é muito puxada, a palavra está franqueada caso queira fazer uso dela neste momento.

O SR. ALCEU MOREIRA - Obrigado. Boa-tarde a todos. Honra o Parlamento gaúcho recebê-los para prestar serviço de alta relevância à sociedade brasileira.

Quero saudar o Deputado Neucimar Fraga, Presidente desta CPI; nosso irmão e amigo Deputado Luiz Carlos Busato; a Deputada Jusmari Oliveira, da Bahia; nosso Deputado Pompeu de Mattos, companheiro de grandes caminhadas pelo Rio Grande do Sul; o Sr. Márcio André Keppler, Presidente do Tribunal de Justiça; o representante do Ministério Público, Sr. Gilmar Bortolotto; o representante da Defensoria Pública, Sr. Jorge Pedro Galli; e o representante da Secretaria de Estado de Segurança Pública, Dr. Antônio Bruno de Mello Trindade, Superintendente do Sistema Penitenciário. Espero ter saudado todos. Quero saudar também os demais participantes.

Bom, eu queria, antes de mais nada, falar um pouco com os senhores sobre o instrumento Comissão Parlamentar de Inquérito. Trata-se de um instrumento que, cada vez que é mal utilizado, o Parlamento perde a oportunidade de chegar à



verdade quanto a desvios de conduta de toda sorte. É mais ou menos como alguém que quer muito tocar um violão e, por não saber tocar, quebra o instrumento. Eu ouço comentários na imprensa de que a CPI é isso, de que a CPI é aquilo, cada um tem um adjetivo para a Comissão Parlamentar de Inquérito. A Comissão Parlamentar de Inquérito é, certamente, da criação do Parlamento, um dos instrumentos mais valiosos. É ela que dá, do ponto de vista momentâneo, a possibilidade de, com sensibilidade política, se extrair a verdade de condutas políticas as mais diversas; dá amplitude, asas e poder a quem a dirige. Ela certamente é um instrumento absolutamente democrático, porque permite a oitiva franca em todos os lugares do País. Não obstante, quando utilizada para outros fins, e quando malfeito, “quebra-se o violão”, e aí quem paga é sempre o instrumento, sempre a Comissão Parlamentar de Inquérito.

Portanto, desejo que os senhores tenham o maior sucesso nesta Comissão Parlamentar de Inquérito; que busquem de maneira incessante a verdade; que cultivem sempre o espírito democrático, a possibilidade de ouvir as partes. Não há coisa pior numa Comissão Parlamentar de Inquérito que o prejulgamento.

Para concluir, quero apenas dizer aos senhores que temos que nos lembrar, principalmente nós, políticos, de que o grande patrimônio de que dispomos é o nosso nome. O nome do parlamentar é, talvez, o seu grande patrimônio. Quando há prejulgamento, a exposição do prejulgamento, há um prejuízo irreversível, um caminho sem retorno.

Portanto, aqui não é um bom lugar para se fazer o papel da ratazana que sai da disposição do esgoto e brilha com o pelo liso sob o sol. Mas saiu do esgoto, saiu de lá. Nós temos de ter todo o cuidado para isso, porque às vezes, na ânsia da cobrança, da afirmação do discurso político, submetemos colegas nossos de outros partido à vitrine errada, ao prejulgamento, à punição prévia. Temos que obedecer à possibilidade de montar investigações concretas, instrução de inquérito, apuração judicial, aprofundar a CPI para que se chegue à verdade, mas o prejulgamento é, certamente, o mal uso desse instrumento.

Portanto, eu desejo aos senhores um bom trabalho — e estou fazendo essa correção sem nenhum sentido de querer dar conselho a quem poderia ser meu professor, por sobradas razões.



Quero agradecer aqui a presença aos nossos Deputados Estaduais, aos Deputados gaúchos e aos Deputados de fora do nosso Estado que estão aqui cumprindo esse trabalho.

E dizer aos senhores que o que mais desejamos como sociedade é que esse instrumento magnífico que é a CPI seja utilizado de forma sublime, que tenha a condição da magistratura, que possa ter a grandeza da alma genérica dos políticos, mas que principalmente não seja usada como vitrine.

A todos muita sorte e o desejo de que utilizem esta Casa como puderem. Façam dela o melhor uso. Ela está à disposição dos senhores com todo o seu instrumental — não apenas agora, mas quando precisarem — para fazerem o melhor do Parlamento brasileiro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós agradecemos ao Presidente da Assembléia, Deputado Alceu Moreira, inclusive pelo espaço cedido aqui para esta Comissão.

Temos o mesmo posicionamento a respeito do assunto, da importância das Comissões Parlamentares de Inquérito. Na verdade já dissemos aqui de início que esta Comissão não foi criada para defender nem para proteger preso nem Governo nenhum. Foi criada para diagnosticar e investigar o sistema carcerário no Brasil com total isenção, defendendo um sistema penitenciário que cumpra com as suas funções.

É bem verdade que nós sabemos que a missão de investigar, muitas vezes, é mal interpretada. Mas nós sabemos que nós vamos buscar a verdade custe o que custar. Nós sabemos da nossa missão, da nossa responsabilidade.

E, graças a Deus, esta não é uma CPI política. Aqui não tem briga de oposição, de governo, de partido A ou de partido B. É uma CPI em que todos nós convergimos as nossas experiências, convergimos as nossas forças e o nosso tempo na busca de um sistema penitenciário que seja capaz de atender à expectativa da sociedade brasileira e de atender à expectativa da população carcerária do nosso País, contribuindo para um sistema realmente eficaz e contundente, propondo alternativas e sugestões ao Governo Estadual, ao Governo Federal, ao Congresso Nacional e às Assembléias Legislativas para aplicarem



realmente métodos eficientes e contundentes na ressocialização e qualificação dos presos do nosso País.

Portanto, nós queremos agradecer ao Presidente Alceu Moreira e, na sua pessoa, agradecer a todos os Deputados Estaduais do Estado do Rio Grande do Sul pelo espaço e pela presença.

Muito obrigado.

Com a palavra o Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, Deputado Neucimar Fraga, colegas Deputados da CPI, Deputado Busato, Deputada Jusmari — para quem não sabe, a Deputada Jusmari Oliveira é gaúcha; é baiana por opção, mas gaúcha de nascimento, é passo-fundense, para não dizer espumosense, aqui de Espumoso, na região de cima da serra, da Serra do Botucaraí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Fundou 3 CTGs lá na Bahia, segundo ela me disse.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Já fundou CTG.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - É verdade. Não é brincadeira. É verdade. (*Riso.*)

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS – E se veste de prenda, faz poesia, canta e encanta, dá carinho e acalanta. E lá no Congresso é minha colega na Comissão de Direitos Humanos, que eu tenho a honra de presidir pela generosidade do apoio dela, inclusive. E fazemos parte desta CPI do Sistema Carcerário juntamente com o Deputado Luiz Carlos Busato, que é o meu parceiro gaúcho, e mais o Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - ...Domingos Dutra, que é o Relator.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Não, mas gaúcho...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Gaúcho tem o Paulo Roberto...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - O Paulo Renato e o que era nosso Secretário aqui, o Otávio Germano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Otávio Germano!



O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Bom, mas nós estamos aqui hoje nesta missão e eu queria fazer uma consideração muito rápida e depois me permitir fazer uma interlocução com o nosso eminente magistrado, por conta de um questionamento que considero importante.

Quero dizer que essa questão do sistema carcerário eu acompanho muito de perto e há muito tempo, até porque sou advogado criminalista, fiz mais de 100 júris, e conheci o presídio primeiro lá em Três Passos, um presídio pequeno, modesto, que a gente dizia que era o Albergão de Três Passos, de onde praticamente ninguém fugia porque não queria. O ambiente era outro. É uma coisa assim... Quem queria fugir, fugia. Alguns que quiseram fugiram. Eu conheci o Melara lá em Três Passos — a figura do Melara, famoso no Rio Grande do Sul —, lá em Três Passos. Eu, sem querer, uma vez fui advogado dele lá, porque me passaram uma procuração para defender um menino, e ele estava junto no processo. Estava encaminhando mal um menino, que hoje graças a Deus se endireitou e é advogado lá em Santiago do Boqueirão.

Pois bem, então, com isso eu quero dizer muito claramente que eu vivencio esse drama da questão do presídio e acompanhei de perto aqui na Assembléia Legislativa, quando Deputado Estadual e integrante da Comissão de Direitos Humanos, lá na Câmara, como Deputado e integrante da CPI do Narcotráfico — andamos por este Brasil afora —, agora na CPI do Sistema Carcerário e como Presidente da Comissão de Direitos Humanos. E vejo que a questão dos presídios no Brasil é a última das últimas das últimas preocupações dos Deputados e — eu arrisco dizer —, de juízes, de promotores, de governadores, de presidentes, das autoridades, de nós todos — a verdade é essa, não adianta nós taparmos o sol com a peneira — e, se formos olhar bem, é a última preocupação da sociedade. Aliás, é porque a sociedade não tem preocupação que a gente não se preocupa, especialmente os políticos, porque falar em presídio não dá voto para ninguém; aliás, às vezes até pega mal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Exatamente.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Pega mal. E digo isso com clareza. Aliás, tem pessoas que dizem: *“Pompeo, não te metas com esse troço aí. Nem te metas. Tu vais lá na Comissão de Direitos Humanos para defender bandido,*



defender preso...” E eu tenho dito — eu tenho tanta convicção sobre o que digo que, se não tivesse ninguém para me ouvir, eu diria para mim mesmo, para aumentar a convicção que tenho sobre aquilo em que eu acredito — que a sociedade não compreende, e talvez nós não sejamos inteligentes o suficiente ou capazes de nos comunicar com tal clareza sobre a importância do presídio. Porque, na questão da segurança pública, onde é que está o centro da pior representação, do lado ruim da segurança pública? No presídio. Quem transgride na segurança pública para onde é que vai? Para o presídio. Aquele que sai do presídio tem uma tendência a delinquir fantástica. E quem paga tudo isso é a sociedade. E a sociedade não se dá conta disso, ao ponto de que aqui quiseram instalar presídio em alguns municípios e houve mobilização de prefeitos, vereadores. Numa até me chamaram para ir. O prefeito era do meu partido. Eu não fui. E fiquei constrangido até de explicar para ele — depois eu acabei explicando — que nós precisamos ter presídio e que essa é uma realidade que a sociedade tem que encarar. É uma hipocrisia. Nós estamos fazendo como o avestruz. O avestruz, quando vê o perigo, esconde a cabeça no buraco e deixa a bunda de fora. Nós estamos fazendo exatamente isso, tapando o sol com a peneira, não encarando a realidade. Só quem vai a presídio vê, e faz anos que vou. Ao Presídio Central vou umas 5 ou 6 vezes. Até fazia um tempo que eu não ia. Mas fui lá muitas vezes, e em vários presídios — lá na PERG, na PEC, em Charqueadas —; enfim, numa série de lugares eu estive nos presídios e vendo.

Agora, quero confessar que a realidade do Presídio Central assusta. Coronel Eden, eu passei a admirá-lo quando, dia desses, falei com o senhor. E agora vendo o que é tudo aquilo lá. Olha, se não é a farda da Brigada — eu quero dizer bem claro —, se não é a farda da Brigada, já teriam derrubado os muros. Acho que nem são os brigadistas que eles estão respeitando, eles estão respeitando a farda, porque eles sabem a história. É uma coisa impressionante como estão lá confinados 4 mil homens naquela situação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - E há 10 anos sem tumulto.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sem tumulto e sem fugir ninguém.



Então, a gente tem que reconhecer... E eu falava com o Deputado Neucimar Fraga, que ficou muito angustiado e colocou aqui uma série de questões duras. E com razão. Eu não tiro, absolutamente, nenhuma razão dele. *“Não, acho que lá no Presídio Central os presos mandam no presídio, porque se os presos não mandassem...”* Eu compreendo que do pior dos males o menor. Não é que mandam e também não é que deixam de participar. Essa é a interpretação que eu tive lá. Quer dizer, se não houvesse essa interatividade da direção, daqueles que comandam o presídio com os próprios presos, nem os presos ficariam lá nem os que estão lá suportariam ficar. Nem os que estão lá comandando o presídio, se não houvesse essa inter-relação. Precisa haver, Coronel Rodolfo Pacheco, essa interlocução. Foi só isso que permitiu ao Presídio Central ir até onde foi e chegar até onde chegou. Mas só que é um barril de pólvora. Se alguém acender o estopim explode. E a sociedade tem que saber. A sociedade não sabe. Os políticos não sabem. O Secretário de Segurança, no primeiro dia do serviço, tinha que visitar o presídio para ver como é que é. A Governadora tinha que visitar o presídio. Quem quiser ser Governador tem que ir lá olhar o presídio, e não olhar o presídio em função dos presos. Em função de tudo, do preso... Porque lá o preso está preso porque a Justiça mandou prender e o funcionário está preso junto com os outros presos, nessa situação, num clima extremamente tenso, num clima complexo, num ambiente difícil, um ambiente úmido, malcheiroso, fedorento. E é como é — e não tem como ser diferente — porque está lá daquela maneira. Então, é preciso fazer o enfrentamento. E aí, para não discursar mais do que disse, eu quero e pretendo fazer muitas constatações. Aqui, se não houver uma ação coletiva do Governo Federal, dos Parlamentares federais para botar dinheiro no Orçamento para fazer presídios... Nós temos lá, a cada ano, 20 emendas por Estado, 20 emendas parlamentares para cada Estado — o Rio Grande do Sul tem isso. E priorizamos 20 temas. Várias vezes era para priorizarmos presídios mas não priorizamos porque alguns Deputados entenderam que não era prioridade. Fomos para a votação e perdemos. Mas presídio é, sim, prioridade, diante da situação que aí está. Porque a gente vai ver só quando estourar é que nem travesseiro de pena, não junta, não arruma. Então, nós podemos fazer a nossa parte. O Governo do Estado tem que agir, reagir, interagir; esta Casa, a Assembléia Legislativa Gaúcha, também. Agora,



eu quero me dirigir à Defensoria Pública, ao Dr. Bortolotto, ao Ministério Público e ao Dr. Juiz, até me valendo da minha experiência como advogado: eu recebi uma informação, quando assumi a Presidência da Comissão de Direitos Humanos, de que havia no presídio um preso — e falei com o Coronel Eden —, cujo nome não vou declinar, é desnecessário que eu o faça, que estava lá preso preventivamente por 2 anos e 2 meses. Eu confesso que não acreditei. Foi até um assessor de um Deputado aqui que me ligou. Daí eu disse: *“Não, mas isso não tem fundamento”*. Ele disse: *“Tem. Inclusive, quem veio me falar foi uma juíza. O caso chegou a ela e ela assim tomou conhecimento do caso”*. Era uma juíza de uma comarca do interior. Por familiares de um e de outro o caso chegou ao conhecimento da Juíza. E ela me contou o fato. Eu fui checar e era verdade. Liguei para o Coronel Édén e ele me disse: *“Olha, Deputado, mas não é só esse, têm vários aqui — 1 ano e meio, 2 anos, 2 anos e meio — presos preventivamente.”* E eu quero dizer, como advogado, que não acredito, em sã consciência, que a nossa Justiça cometa um crime desses, que é digno de se denunciar em tribunais internacionais. E se continuar assim, eu vou denunciar. Eu tenho o dever de fazê-lo, senão vou prevaricar na minha função de Presidente da Comissão de Direitos Humanos. E não vou prevaricar. Aliás, não por acaso, tivemos ontem a Corte Internacional da OEA reunida com o Dr. Antônio Augusto Cançado Trindade, que é Juiz da Corte, reunido com a Comissão, que, aliás, é candidato à Corte de Haia. Isso é um absurdo! Fui falar com o Ministro Nilson Naves, falei com ele anteontem em uma audiência, levei o caso ao conhecimento dele. E vou pedir uma audiência ao Presidente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Não é possível que o Judiciário — quando falo em Judiciário, falo em juízes, Ministério Público, Defensoria Pública. Naturalmente, também os advogados, mas, no caso, a Defensoria Pública. Não é possível que aceitem uma situação dessas. E fui me inteirar especificamente do caso: é um cidadão que é primário, de um crime cujo autor é conhecido, réu confesso, julgado em Júri, condenado a 7 anos, cumpriu a pena e saiu fora porque cumpriu 1 ano e pouco de pena. Esse outro está sendo denunciado como autor e nega o crime; no entanto, não saiu o júri, e ele está lá preso há 2 anos e pouco, ou seja, cumprindo pena mais do que... E o Judiciário inerte. Isso é um absurdo! Um juiz que faz isso não se formou numa escola em que possam ter-lhe ministrado aulas de direitos humanos.



Não pode! Em sã consciência, não pode! Então, é essa a minha preocupação, doutor. Hoje, lá no presídio, a maioria das minhas perguntas, Deputada Jusmari, Deputado Busato, foi nessa direção: quantos há preventivamente presos? E quando o senhor disse, Dr. Miguel, que lá são mil e tantos condenados, talvez nem a metade seja de condenados. A maioria dos presos está lá preventiva ou provisoriamente. Na verdade, confunde-se uma figura com a outra. Mas, enfim, é esse o questionamento, doutor, que quero deixar aqui e que vou levar avante na Comissão de Direitos Humanos. Inclusive, daqui a uns dias a Comissão de Direitos Humanos vai visitar e saber quem são, quantos são e por que estão lá; para nós examinarmos os processos, e para eu ir falar com o Presidente do Tribunal de Justiça.

Para esse caso específico que estou citando, que conheço, está marcado o Júri para agosto deste ano. Um réu preso! Um juiz trancafia um réu lá, e deixa ele preso, e esquece!? Eu fui ver o processo: não tem 100 páginas no processo, escritas sobre ele. Não tem! Não tem defesa. Acho que é até nulo o processo. Não tem defesa no processo.

Aí, um dia não saiu o Júri porque o Júri foi cindido; outro porque não sei o que lá; outro porque a Defensoria estava em greve naquele dia; e outro porque marcaram lá para 6, 8 meses. Um réu preso, com o processo formatado, com a sentença de pronúncia, sem recurso nenhum. Não houve recurso nenhum. Aí dizem que são os recursos que atrapalham. Não! Não houve recurso de nada, nada, nada. Eu arrisco dizer que nem defesa houve.

E eu sinto isso, Dr. Juiz: que existem muitos. E tivemos, esta semana, audiência lá em Brasília, com a presença de um Juiz... Como é o nome dele? Doutor... Lá do Espírito Santo. *(Pausa.)* Marco Antônio?

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Carlos Eduardo.

Um juiz que eu saí de lá impressionado com a postura dele. De um jovem! Um jovem! Juiz da Vara de Execuções Criminais do Espírito Santo. Deu para nós uma lição, nos ensinou, foi catedrático, não é verdade? Como ser Juiz de Execuções Penais e como fazer quando se é juiz.

Então, esta é a minha preocupação: um juiz de execuções penais que não vai em presídio, que não conhece presídio...



O SR. MÁRCIO ANDRÉ KEPPLER FRAGA - Deputado, o senhor me permite fazer uma colocação?

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Eu permito.

O SR. MÁRCIO ANDRÉ KEPPLER FRAGA - Eu sou Juiz Corregedor. O senhor vai me passar, por obséquio, o nome do apenado, e eu vou investigar a situação. Mas gostaria de lhe dizer que é sempre perigoso qualquer tipo de generalização. O senhor está pegando um episódio que eu não sei por que ocorreu, mas eu poderia aqui rapidamente aventar várias situações de presos provisórios que podem ficar 2, 3 anos presos por circunstâncias processuais. Podem acontecer. Nós temos inúmeros exemplos disso. Um caso, para ficar bem emblemático, é o próprio caso do “Juiz Lalau”, que ficou preso provisoriamente durante um bom tempo — e merecia ficar preso. Eu fico temeroso porque, quando o senhor fala nessa situação, seria como se faz com os políticos de modo geral, que eu, particularmente, não gosto quando se generaliza. E a sua colocação dá a idéia ou parte da noção de que isso é a regra, e não é a regra. A Defensoria é bastante atuante aqui no nosso Estado; o Ministério Público é bastante atuante aqui no nosso Estado. E os juízes, de modo geral, são bastante atentos a essa situação. E me causa espécie que isso possa ocorrer porque o nosso Tribunal de Justiça... E o Poder Judiciário do Rio Grande do Sul é reconhecido no País. Às vezes, pode-se dizer que imerecidamente, mas o fato é que o Poder Judiciário do Rio Grande do Sul é reconhecido como um dos melhores Poderes Judiciários do País. E, conseqüentemente, eu vou pedir para o senhor me passar esse nome, para que nós possamos averiguar, até porque essa é a minha função. Mas gostaria de lhe dizer e reiterar que é preocupante quando se coloca um episódio e dele se generaliza, até porque, como eu lhe disse, nós não temos os autos. Eu poderia lhe dar várias informações. Recentemente, eu tive de prestar informações por um colega, em virtude da soltura de um preso, que foi bastante rumorosa aqui no Estado, e a situação processual foi muito diferente daquela ventilada na imprensa. Eu me refiro a esse que saiu agora, que era do PCC, o Balengo. No processo se ventilou que era o integrante do PCC, isso, isso e aquilo. E, processualmente, o que nós temos no processo.... E o Ministério Público foi diligente, inclusive; procurou investigar se havia prisões preventivas no País contra ele; a informação que nós tínhamos nos autos era de que isso não ocorria. E o



magistrado — não sou eu, é um outro magistrado — concedeu a soltura dele. O que passou a imagem, é aquela imagem que eu acredito que a gente tem de tentar evitar, que é: a Polícia prende, e o Judiciário solta. Essa é uma visão equivocada e que serve para tisonar a situação e evitar que nos encaminhem para soluções. Eu vou usar um exemplo do que nós temos aqui hoje...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Doutor, eu só gostaria, em virtude do horário, de lhe pedir licença, porque a Dra. Virgínia tem aula agora, é professora, tem de dar aula. Então, ela pede para se ausentar.

E eu também teria de estar em Canoas às 6h. O Deputado Neucimar Fraga, não sei se volta, porque ele tem um avião agora, também, o vôo dele de retorno. E eu vou passar a presidência para a Deputada Jusmari, para continuar presidindo aqui, e peço desculpas a vocês pela nossa ausência. Mas nós estamos desde ontem... Esta noite não deu nem para dormir, porque saímos de Santa Catarina, fizemos uma oitiva de 3 presos lá, ficamos até as 5h da manhã ouvindo eles, e aí viemos direto para cá.

Então, peço desculpas a vocês e peço licença, então.

Um grande abraço a todos.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Doutor, deixa eu só concluir.

Absolutamente, não quero generalizar. Não! Acho que a pior coisa é generalizar, “fulanizar” as coisas.

O SR. MÁRCIO ANDRÉ KEPPLER FRAGA - É por isso que eu lhe digo: eu lhe peço que o senhor me passe o nome...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Eu vou lhe passar...

O SR. MÁRCIO ANDRÉ KEPPLER FRAGA - ... e não utilize uma situação excepcional como emblemática, porque ela não é.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Mas eu busquei informações no Presídio Central, e não são poucos com 1 ano e pouco, 2 anos.

Então, o que eu quero dizer? Um réu preso é a liberdade que está posta. A prioridade das prioridades da Justiça deve ser o réu preso. Isso é coisa que eu aprendi nas primeiras lições de Direito Penal na faculdade. Mas parece que não está sendo.



O SR. MÁRCIO ANDRÉ KEPPLER FRAGA - Ainda bem que o senhor foi na mesma faculdade que eu fui.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Pois é. Mas parece que não está sendo.

O SR. MÁRCIO ANDRÉ KEPPLER FRAGA - E aqui no Estado do Rio Grande do Sul, diga-se de passagem, é um Estado que é tido como benevolente nesse tipo de situação. E o senhor me passa, por gentileza, depois, o nome desse apenado, porque, com base no nome dele — não é nem apenado, no caso —, o nome desse réu, e eu vou, a partir disso, tomar as providências junto à Corregedoria. E lhe repasso depois as conclusões do que foi feito.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Obrigado.

Mas eu vou só dar um exemplo para dizer que, absolutamente, não estou generalizando: um réu preso, que se marca um Júri e se cinde o Júri, e se marca um outro Júri e não sai o Júri, em função de um...

O SR. MÁRCIO ANDRÉ KEPPLER FRAGA - Pode ser expediente da defesa...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Não, absolutamente.

O SR. MÁRCIO ANDRÉ KEPPLER FRAGA - Não, não. Não estou dizendo que...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Não, estavam em greve. Ele não tem defesa! A defesa dele é... Não tem um advogado constituído, é a Defensoria Pública. E, naquele dia, a Defensoria Pública estava num dia de paralisação, que a Justiça sabe. Isso em outubro do ano passado. E o juiz marca para agosto do outro ano o Júri?

O SR. MÁRCIO ANDRÉ KEPPLER FRAGA - Foi como eu já lhe disse, doutor: pode até ter outros presos...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Não, não. Eu não aceito! Desculpa.

O SR. MÁRCIO ANDRÉ KEPPLER FRAGA - Mas eu não estou lhe dando desculpas, eu não estou lhe prestando desculpas...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Não, não. Então...



O SR. MÁRCIO ANDRÉ KEPPLER FRAGA - ... até porque eu acho que o Judiciário não tem de prestar...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Eu não aceito nem explicação!

O SR. MÁRCIO ANDRÉ KEPPLER FRAGA - Mas, então, se o senhor não quer solucionar o problema dessa pessoa...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Eu quero solucionar. Mas eu quero...

O SR. MÁRCIO ANDRÉ KEPPLER FRAGA - Bom, mas a maneira de solucionar é simplesmente o senhor me repassar o nome.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Eu vou lhe repassar. Mas eu quero...

O SR. MÁRCIO ANDRÉ KEPPLER FRAGA - Agora, desculpas eu não vou lhe pedir, em nome do Poder Judiciário, porque eu não acho, eu não conheço a situação.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Mas eu não quero explicações.

O SR. MÁRCIO ANDRÉ KEPPLER FRAGA - E, se alguma explicação deve ser dada, é a esse apenado.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Não, não! É à sociedade e à CPI.

O SR. MÁRCIO ANDRÉ KEPPLER FRAGA - Pois é...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - À sociedade e à CPI, sim. O senhor deve explicação, o Judiciário deve, sim, explicação à sociedade, porque é quem lhe paga.

O SR. MÁRCIO ANDRÉ KEPPLER FRAGA - Não, não. Deixe eu só lhe explicar...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Não, o senhor está confundindo.

O SR. MÁRCIO ANDRÉ KEPPLER FRAGA - Não, não. É o senhor que está confundindo, pegando uma situação pontual para, a partir dela, desfocar, acredito, que o propósito desta CPI, que é encaminhamento de soluções para o sistema penitenciário. Foi com esse propósito que eu vim aqui — e, diga-se de passagem, é com esse propósito que continuo aqui. E é por isso que eu estou lhe dizendo: no momento em que nós tentarmos discutir ou solucionar o problema atribuindo culpas,



nós vamos entrar numa seara que não vai ser boa para ninguém. Acredito... Aliás, conversei há pouco com a Deputada, e ela veio me questionar numa situação de um preso que está no Central e que reclamou que está há um tempo sem progredir de regime. E aí? Essa é uma situação consolidada no Estado do Rio Grande do Sul? E ocorre o quê? O Judiciário concede a progressão de regime...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Não tem para aonde ir.

O SR. MÁRCIO ANDRÉ KEPPLER FRAGA - ... e não tem para aonde ir. Nós estamos demorando em torno de 3 meses para essa pessoa progredir. Se nós pegarmos e trouxermos um preso aqui, que está com progressão de regime, do fechado para o semi-aberto, há 2 dias, ele está apavorado, e com razão. Ele tem decisão judicial. E eu vou lhe perguntar o seguinte: alguns magistrados chegaram a fazer essa situação, de intimar o Superintendente da SUSEPE aqui, sob pena de prisão, para cumprir aquela ordem. E eu lhe pergunto o seguinte: é uma questão... Acredita que o Superintendente não toma essa decisão porque não quer? Às vezes, eventualmente, pode ocorrer um episódio aqui, mas, na imensa maioria das vezes, o que temos é um problema de superlotação. E onde é que nós vamos colocar essas pessoas? Então, tem a decisão judicial, e ela é inefetiva.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Eu vou concluir, doutor, dizendo, reafirmando — absolutamente reafirmando — que eu dei um fato concreto. E, pelo quanto sei, são muitos. E espero que o senhor, como Corregedor, examine o caso em concreto que eu vou lhe apresentar. Mas, como o Corregedor, sem que lhe apresente, o senhor vai examinar os casos que tem lá no Presídio Central; sem que lhe apresente, porque são dezenas. Não é 1, não são 2, não são 5, não são 10. São dezenas. E isso é dever, não é apelo.

O SR. MÁRCIO ANDRÉ KEPPLER FRAGA - Eu vou utilizar o testemunho da Defensoria Pública que está aqui para lhe dizer o seguinte: a Defensoria Pública faz um atendimento lá regular. O Dr. Gilmar Bortolotto faz um atendimento regular. Os pedidos são feitos, são decididos. Nós não temos aqui, de modo algum, uma Defensoria Pública ausente, uma Defensoria Pública que não postula, e muito menos um Ministério Público que não seja atuante. De sorte que presos provisórios, no Central, que não têm o seu quadro jurídico definido, são raros. Se ocorrem. Eu



posso lhe afiançar isso, até porque bastaria... O senhor pode perguntar a qualquer um desta Mesa que vai regularmente ao Presídio Central.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Eu, inclusive, vou tomar essa liberdade, e vou voltar ao Presídio Central, e vou fazer esse levantamento. Vou fazer esse levantamento. Não quero aqui, absolutamente, nem criar um constrangimento, nem criar uma situação de conflito.

O SR. MÁRCIO ANDRÉ KEPPLER FRAGA - Eu peço essa gentileza.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Muito pelo contrário.

Mas eu quero confessar, sim, que fiquei chocado. E só o fato de um Júri estar marcado e o Júri não sair, e marcar o Júri do réu preso dali a 9, 12; 9, 10, 11 meses! Só isso. Tudo o mais é... Sem recursos, sem nada. Tudo isso é inaceitável.

E o Judiciário no Rio Grande do Sul tem um nome, um prestígio, um conceito. E eu sou testemunha disso lá em Brasília. Quer dizer, se onde temos um conceito afirmativo, positivo, que nos orgulha, que a gente bate no peito, que a gente se orgulha em ser gaúcho, e acontece isso aqui, imagine o que não pode acontecer em outros lugares.

Então, por isso que eu levantei o caso concreto. E acho que, se o Judiciário olhar um pouquinho mais para essa questão, atentar mais especificamente para essa questão... Nós temos uma série de mazelas, mas o Judiciário tem um poder muito grande para fazer muitas coisas avançarem, por si só, por sua determinação. E isso não é crítica. É o contrário: é elogio. Porque tem pessoas no Judiciário preparadas, capacitadas, estruturadas e extremamente inteligentes. Agora, têm de ser determinadas nessas questões.

Eu me lembro — e talvez o senhor conheça a Sra. Laís Ethel Pias; eu me formei com ela, ela foi juíza em várias Comarcas; e, pelo quanto sei, está aqui em Porto Alegre...

O SR. MÁRCIO ANDRÉ KEPPLER FRAGA - Na Vara do Júri.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Na Vara do Júri.

Ela era Juíza em Ijuí, e ela ia ao presídio. Ela conhecia os presos, e os presos conheciam ela pelo nome. Às vezes, nem chamavam “*Dra. Laís*”; diziam “*Laís*”. Ela dizia: “*Não. Dra. Laís*”. Porque ela sabia se impor, sabia respeitar. E as coisas andavam, assim, na linha.



O juiz, para ser juiz da execução penal, tem de conhecer o que ele está executando, a pena que ele está executando, o preso que está sendo executado, e a circunstância em que a execução está acontecendo. Isso é elementar.

E eu vou brigar por isso. Desculpe se eu exagerei. Não quero, absolutamente... Eu não lhe conheço, e a informação que tenho é de que é um excelente juiz; jovem, bem formado, capacitado. Muito pelo contrário: não se trata disso. Agora, o que eu...

O SR. MÁRCIO ANDRÉ KEPPLER FRAGA - Mas não é comigo, Doutor! É como lhe disse: estou aqui falando...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - E não é nem com o senhor.

Mas o que eu vi eu coloquei para fora. Essa é uma angústia... E que precisa avançar. E isso vai fazer com que muita coisa avance na questão do Presídio Central. Lá, se o devido processo legal andar com a celeridade que o Código Processual manda, para réu preso — e de réu preso é o juiz que faz a agenda —, eu não tenho dúvida de que nós tiramos de lá, em poucos dias, 400 ou 500 presos do Presídio Central. Em poucos dias! E eu não quero exagerar.

Desculpe, Deputada Jusmari, se ultrapassei aqui o tempo, mas acho que é a nossa contribuição. A CPI termina o seu trabalho agora em maio; o excelente trabalho liderado pelo Deputado Neucimar Fraga, a Deputada Jusmari, pelo nosso Relator, o Deputado Domingos Dutra, que é um outro brigador, conhecedor do tema. Mas nós vamos continuar na Comissão de Direitos Humanos — e a Deputada Jusmari integra a Comissão de Direitos Humanos. E eu, como Presidente, tenho a obrigação, o dever — não é o direito —, a obrigação, o dever de empreender e dar seqüência e conseqüência a esses levantamentos que a CPI fez, dos quais sou depositário um tanto, a Deputada Jusmari mais, e a Comissão como um todo, por sua memória, tem muito presente. E nós vamos levar adiante, porque eu acho que o exemplo colhido não pode ficar assim só para museu, para fotografia de parede. Nós temos de fazer a nossa parte, e a nossa parte vamos fazer.

E o que vimos no Rio Grande do Sul não pode ficar, porque isso nos envergonha. As coisas como estão acontecendo, especialmente no Presídio Central, nos envergonham. Aquilo que acontece no Madre Pelletier, que tem uma diferença fundamental, mas onde as mulheres não têm o atendimento ginecológico — tem 1



médico ginecológico, que atende uma vez por mês; tem 30 mulheres grávidas, tem vinte e tantas mulheres com bebês recém-nascidos e outras tantas mulheres numa área insalubre, um corredor deste tamanho, onde a doença palmilha e que, se não tiver o atendimento ginecológico, vai disseminar...

O SR. MÁRCIO ANDRÉ KEPPLER FRAGA - Doutor, o senhor me permite fazer uma pequena...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Pois não, doutor.

O SR. LUIZ FERNANDO CORRÊA DA ROCHA - Pediatra também não temos.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - É, pediatra também.

O SR. MÁRCIO ANDRÉ KEPPLER FRAGA - Deixa eu trazer... Porque aí fica aquela coisa... Esse episódio... Hoje até o Dr. Miguel mencionou que a Portaria do Ministério da...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MÁRCIO ANDRÉ KEPPLER FRAGA - ... ela busca, na verdade, fazer com que se criem equipes para prestar assistência à saúde aos apenados. Eu fiz algumas reuniões com a Prefeitura de Porto Alegre. Não foi 1, não foram 2, não foram 3 reuniões com o Prefeito, com o Vice-Prefeito de Porto Alegre, buscando que isso seja implementado. E o que ocorre, Deputado? O que ocorre é que se esbarra na ausência de recursos, ou, pelo menos, na dificuldade política desse trânsito. E aí é que eu peço, nesse caso, a colaboração dos senhores no sentido de que de algum modo comovam a Governadora e o Prefeito de Porto Alegre, que, aliás, se mostrou sempre solícito e quis que esse plano fosse elaborado. Mas o Governo do Estado nunca entrou com 1 único tostão. E a Prefeitura, portanto, tem até razão em não querer colaborar. De sorte que a situação de saúde do Presídio Central, do Madre Pelletier, ela é ruim sobretudo por uma ausência de política, de vontade política, por parte do Governo do Estado. Eu só queria fazer esse apontamento para...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Doutor, o senhor levanta...

O SR. MÁRCIO ANDRÉ KEPPLER FRAGA - ... buscar a sua vontade no sentido de colaborar para a Governadora fazer isso.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - A sua preocupação é legítima e oportuna. Eu estou querendo me lembrar aqui, e consultei a Deputada Jusmari. Há 2



semanas — o pessoal da Assessoria me ajude aqui —, a 2 semanas atrás, esteve na CPI o pessoal do Ministério da Saúde...

O SR. MÁRCIO ANDRÉ KEPPLER FRAGA - São eles que coordenam essa...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Não. Da saúde, quem era? Alguém lembra o nome?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Dra. Maria Cristina. Eu tenho o cartão dela, já acertei.

E aqui, Dr. Márcio, uma questão importante que o senhor levanta: o Rio Grande do Sul não tem o convênio firmado com o Governo Federal. Não tem.

O SR. MÁRCIO ANDRÉ KEPPLER FRAGA - Não tem.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Aí acertei com ela. Já estamos agilizando essa questão do convênio. Estamos acertando com o Secretário Terra. E é um monte de dinheiro, um monte de dinheiro...

O SR. MÁRCIO ANDRÉ KEPPLER FRAGA - E está à disposição.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - ... a fundo perdido, que, aliás, está no fundo, perdendo fundo. E é bom que os senhores saibam. E por... vamos dizer assim, vagareza. É menos por contrapartida e mais por lerdeza do Governo do Estado, a questão burocrática; esse convênio não fizeram.

Tanto que vários Estados receberam um monte de dinheiro. Várias Prefeituras receberam — onde tem presídios municipais, especialmente São Paulo; receberam um monte de dinheiro do Governo Federal. E o Rio Grande do Sul não recebeu 1 centavo. E não recebeu porque não se habilitou, por incompetência.

Aí o Secretário Terra se comprometeu, e aí eu assumi esse papel como Presidente da Comissão de Direitos Humanos. E eu quero fazer, inclusive, uma sessão lá em Brasília, para que seja assinado o convênio. Vou convidá-lo.

O SR. MÁRCIO ANDRÉ KEPPLER FRAGA - Eu tenho agendado reuniões com o Prefeito...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Mas está mais adiantado o do Governo do Estado.



O SR. MÁRCIO ANDRÉ KEPPLER FRAGA - Sim. Mas é que, na verdade, é entre o Governo do Estado e a Prefeitura. Precisa dos 2 pólos. A Prefeitura está disposta. O Governo do Estado é que não dá nunca a contrapartida. O Central até hoje não inaugurou esta ala por uma questão de falta de contrapartida do Governo do Estado. E é disso que nós precisamos: da colaboração. Não é nem a tarefa do Judiciário. Nós temos feito essas reuniões, reiteradamente. Ontem mesmo assinei mais um ofício dirigido ao Prefeito, solicitando qual era a situação. Isso aconteceu com a Prefeitura de Charqueadas; aconteceu com a Prefeitura de Porto Alegre. E eu fico feliz em saber que o senhor está engajado nessa luta. E eu vou convidá-lo também para participar dessas nossas reuniões com o Prefeito Fogaça e com o representante da SUSEPE.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Então, agora, eu lhe deixo essa... Vou lhe passar depois o nome do preso. É uma coisa específica, até porque me chegou esse fato. E levo do senhor esse outro desafio. E o senhor me deve uma resposta, e eu lhe devo uma. Eu vou lhe responder com o trabalho numa coisa importante que eu tenho certeza que vai acontecer, precisa acontecer, tem de acontecer, e vai acontecer. E nós vamos acertar isso com o Secretário Terra, que conhece o assunto, que domina o assunto, que entende do assunto, mas que, lamentavelmente, não tem conseguido equacionar o problema. E o Ministério da Saúde — é uma Secretaria Especial lá dentro do Ministério que trata do assunto — está a postos, está preparado, tem tudo na mão, só está aguardando o momento. E nós vamos ajudar a fazer com que esse momento aconteça. Vamos ser um pouco protagonistas dele.

O SR. JORGE PEDRO GALLI - Deputado, uma pequena sugestão: nós, em Porto Alegre, temos 3 ou 4 Faculdades de Medicina; tem a Associação Médica como contato; tem hospitais perto, inclusive, do Presídio Central. Podem fazer um convênio. Coisa mais fácil. Um professor orientando...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Mas tem de ter um convênio específico até para poder entrar no presídio; tem de ser todo credenciado...

O SR. JORGE PEDRO GALLI - É uma sugestão, um convênio muito mais rápido do que com o do Governo Federal.



O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Não, não. Mas essa do Governo... Como vamos dizer? Ela é institucional, ela é funcional; é padronizado. E é dinheiro disponível do Fundo Penitenciário.

Então, absolutamente, não há nenhum...

O SR. ANTÔNIO BRUNO DE MELLO TRINDADE - Deputado, eu estava atendendo a imprensa ali. Acho que entrei e peguei o bonde andando. Mas vamos ver se eu pego. Sobre a saúde, nós temos a Portaria Ministerial que está sendo discutida com a SUSEPE, com a Secretaria de Saúde, que vem dinheiro do Governo Federal e do Governo Estadual, que repassa para as equipes. De 100 presos a 500 presos, formam uma equipe para atendimento dos apenados. Está sendo discutido, inclusive, com a Prefeitura de Porto Alegre para formatar um convênio para atendimento aqui em Porto Alegre, e as cidades do interior. Inclusive... Exemplo: Charqueadas, Osório. Está sendo feito...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Aliás, o Prefeito de Charqueadas estava lá na audiência aquele dia.

O SR. ANTÔNIO BRUNO MELLO TRINDADE - Isso. E o Município de Osório também. Nós estamos também fazendo com o Prefeito de Osório, Romildo.

O SR. ANTONIO BRUNO MELLO TRINDADE - Então, está sendo tomada a iniciativa. E também com o Prefeito de Porto Alegre.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Só que o que nós falamos aqui, e o senhor não ouviu, Dr. Trindade, é que vários Estados e vários Municípios de vários Estados da Federação já receberam um monte de dinheiro. E o Rio Grande do Sul — olhei na lista lá, eu tenho lá comigo — é um dos poucos Estados que não receberam nada. Nem o Estado e nenhum Município do Rio Grande do Sul.

O SR. ANTÔNIO BRUNO MELLO TRINDADE - Deputado, aqui foi a contratação de pessoal, a dificuldade de contratação de pessoal. Com o Sistema Único de Saúde, a saúde está municipalizada. O que nós fizemos? Nós repassamos esses recursos que vêm do Governo Federal, via Governo Estadual, aos municípios, e os municípios vão contratar esses profissionais.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - O que não aconteceu ainda.

O SR. ANTÔNIO BRUNO MELLO TRINDADE - Ainda não.



O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Mas vamos fazer acontecer, então.

Deputada Jusmari, muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jusmari Oliveira) - Muito bem.

Eu quero, ao presidir este final de audiência pública, cumprimentar as autoridades aqui presentes, o meu colega Deputado Pompeo de Mattos — aliás, gaúcho como ele acho difícil, que não abre mão da pilcha nem lá no Congresso Nacional. Eu quero cumprimentá-los, claro, como conterrânea que sou aqui... A minha família toda é de Soledade e Espumoso. Fomos para a Bahia para tentar ganhar a vida, trabalhar naquilo que sabemos fazer: plantar, colher, fazer agricultura. E os baianos, que são o povo mais bondoso do mundo — não existe... E aí eu peço licença aos conterrâneos gaúchos, mas como baiano não existe. Por bondade deles, já me elegeram Vereadora da cidade em que eu morava; 3 mandatos de Deputada Estadual; e agora um mandato de Deputada Federal. Então, sou uma baiana por opção e por coração hoje aqui, mas nunca a gente deixa de reconhecer a nossa terra, o nosso chão, o nosso pago. Somos tradicionalistas, como Pompeo disse. Temos, sim... Participo de 3 CTG; sou uma grande incentivadora da manutenção dos costumes tradicionalistas, com a colônia sulista que mora no oeste da Bahia que é grande, muito grande. São milhares de pessoas aqui do Rio Grande do Sul que, como o meu pai, foram para lá.

E, para mim, é sempre um prazer voltar ao Rio Grande do Sul. Eu estou sempre aqui; venho muito; todos os anos, pelo menos. Tenho muitos familiares aqui, ainda, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. E é sempre um prazer estar aqui.

O Rio Grande do Sul, é claro, é um Estado de vanguarda; é um Estado que é referência em muitas coisas. E acho que a principal coisa em que o Estado do Rio Grande do Sul é referência é na coragem do povo. Pelo menos lá na Bahia o povo me respeita muito: diz que eu sou muito corajosa. (*risos*) E brava também. (*risos*) E dizem que isso é coisa de gaúcho!

Bem, eu queria fazer uma colocação aqui: eu queria, primeiramente, dar os meus parabéns, para depois fazer os meus comentários negativos. Quero parabenizar a estrutura que nos recebe hoje, aqui: o Ministério Público; o Poder Judiciário; o Governo Estadual, através da Superintendência; a Pastoral Carcerária;



a Defensoria Pública; as instituições que nos acompanharam; a Associação dos Agentes; a Polícia Militar, que vocês chamam aqui de “a Brigada”; os diretores de presídios, tanto do feminino quanto do masculino, que nos receberam; os Deputados Busato e Pompeo.

Quero parabenizar o Rio Grande do Sul por uma coisa bonita que eu vi aqui, que é o seguinte: aqui, nenhuma autoridade tentou tapar o Sol com a peneira. Ninguém aqui tentou nos esconder a situação caótica que é encontrada aqui, como é encontrada em todo o País. Em todo o País, existem sistemas... Sistemas, não. Nós não temos sistema penitenciário no País; nós não temos. Esta CPI tem a pretensão de propor ao Brasil a instituição, a constituição de um sistema penitenciário. Nós temos penitenciárias: prédios em que se jogam presos. Mas o País não tem um sistema penitenciário organizado. E é a pretensão desta CPI fazer esta proposta, de forma concreta e completa: um sistema que prevê estrutura física, estrutura de pessoal, capacitação de pessoal, valorização do pessoal, Presidente, porque... Ontem tivemos uma discussão grande dessa em Santa Catarina, porque, quando nós falamos nos direitos humanos — e eu sou uma militante, desde criancinha, dos direitos humanos —, existe toda uma estrutura arcaica, viciada, de agentes penitenciários, de funcionários das penitenciárias — e não vou falar do sistema —, e que agora está com um discurso muito bonito. Quando a gente fala que ele bateu no preso, aí ele se defende logo: *“Ah, e eu não tenho direitos humanos? Eu não sou humano?”* Esse, agora, é o discurso que está na ponta da língua dos agentes penitenciários para nos descredenciar como defensores dos direitos humanos.

É claro que defendemos todos os direitos humanos! Agora, eu, por exemplo, como pessoa pública, digo o seguinte: o Poder Público e a assistência pública têm de estar naquele que não tem condição de recorrer a nada. E o que não tem condição de recorrer a nada é o preso. Ele está longe da sua família, ele não tem dinheiro, ele não tem... O agente sempre tem. Por isso que há prioridade. Não é questão de se abandonar os agentes. Eu, inclusive, propus à CPI, e deve estar sendo instalada ainda... antes do final da CPI, uma Sub-Relatoria que trata apenas, especificamente e especialmente, da questão dos servidores, de tudo o que existe e das proposições para um sistema carcerário.



Então, nós consideramos, sim. Agora, a nossa vocação, o nosso chamado de Deus, quando foi para militar nos direitos humanos — que não tem nada a ver com política, porque isso não dá voto; pelo contrário: tira —, é o chamado para o excluído. E o preso, o detento, o apenado, como quer que chame, é o cúmulo do cúmulo da exclusão.

E uma outra coisa que a gente costuma ver também: eu fui designada... O caso da menina do Pará eu apurei de 2 formas: eu apurei pela CPI e apurei pela Comissão Externa da Câmara, porque fui designada para isso. E o que nos estarrece é o seguinte: é a desqualificação do preso. Nós não precisamos dizer que o preso é marginal. Ele está ali por isso! Ele está na marginalidade da lei! Não é por que ele está ali que ele vai receber maus-tratos, que ele vai... Ou, então, nós não estamos falando a verdade, quando nós dizemos que ele vai preso para ser ressocializado, reabilitado. Ele vai voltar para a sociedade! Ou, então... Ou nós fazemos essa discussão e nós admitimos essas coisas, ou nós instituímos logo a pena de morte! É muito melhor! Porque, no País, morre mais gente na penitenciária do que nos países que têm a pena de morte. Naqueles países, a pena mata; e aqui o sistema mata. Então, isso é uma coisa.

E, geralmente, quando nós chegamos, em muitos Estados em que fomos, o que as autoridades... a primeira coisa que fazem? Abafa. Esconde. Esconder o quê, se nós sabemos o que existe!? Se em todo lugar, praticamente, é igual, infelizmente.

Então, parabéns ao Rio Grande do Sul, que não fez isso. Não fez isso, e muito mais: admite o caos do Estado.

Ontem nós tivemos um problema no Estado de Santa Catarina: nós fomos falar o que nós vimos, e um representante do Governo lá ficou muito zangado, principalmente comigo. Por quê? Porque tudo o que nós falávamos... *“Eu já vou providenciar”*. Mentira! Não vai providenciar! Ele não tem como providenciar! Tudo ele queria calar nós: *“Não. Isso aqui já está sendo providenciado. Isso aqui eu vou providenciar amanhã. Isso aqui, depois de amanhã”*. Mas por que não providenciou até agora?

Quer dizer, isso, esse sistema que está aí, tudo o que está aí é uma herança maldita que nós temos, de anos e anos, em que a sociedade nunca fez isto que nós estamos fazendo aqui hoje; nunca fez o que a Pastoral Carcerária faz nesses



últimos anos; os militantes dos direitos humanos: mostrar a mazela do povo no cárcere. Nunca se fez isso! Nunca se abriu! Então, agora, que estamos abrindo, vamos abrir para a sociedade ver!

Santa Catarina não aceita um presídio! Teve lá a história de um Prefeito que se amarrou na ponte para não deixar um presídio ser construído no seu município. Mas eu entendi o porquê! Porque as próprias autoridades alimentam na sociedade de que não precisa ter presídio; que está tudo bem, que está tudo maravilhoso. E, se a Deputada falar que está ruim, é porque ela não sabe o que fala, ela tem a língua destrambelhada. Foi o que ele disse ontem. *“Ela fala pelos cotovelos, não sei o que, não sei o que lá”*. Posso até falar pelos cotovelos, mas não vou deixar de falar, porque, se não falarmos, não vai acontecer isso.

Uma observação, agora negativa: no momento em que todos vocês admitem a dificuldade... O que nós vimos lá no Presídio Central é uma coisa que também a gente tem de admitir e falar aqui: parabéns à Brigada, que está lá fazendo o trabalho. Está tudo irregular lá, tudo ilícito, tudo errado! Nada daquilo pode existir. Nada daquilo pode existir. Mas também entendemos que, diante do caos máximo, foi a forma encontrada por eles para manter aquela situação: 4 mil e tantos presos num lugar em que deveriam caber mil e tantos.

Então, realmente, parabéns à Brigada! Eu entendi perfeitamente, Coronel: há de haver concessões ali, para se evitar o caos máximo, a rebelião e toda forma de violência que pode advir. Eu só quero que, depois, num outro dia em que eu vier aqui, o senhor me apresente os policiais. Quero ver o sorriso deles, porque eles estavam muito sérios.

É uma preocupação também: é função da Polícia Militar estar em presídios? Aqueles policiais estão ali movidos por uma diária a mais que eles podem estar recebendo no seu soldo, ou há neles o espírito de cidadania, de colaboração, de cooperação com o Estado deles, com a sociedade deles, com a humanidade, enfim?

Eu talvez seja uma sonhadora, de achar que possa ser impregnado no sistema esse sentimento de cidadania, de humanidade. Mas esse é o país que eu quero. E, como Deputada, eu vou lutar por isso; eu vou brigar. Vou fazer igual ao Pompeu: eu vou denunciar, eu vou brigar. Posso nunca conseguir, mas é a nossa função.



Então, a minha preocupação é a seguinte: todos vocês admitem isso; existem dificuldades. Eu sei que existem exemplos bons também. E, mesmo dentro desse sistema ruim, existem exemplos bons: esse aqui do IPA. Maravilhoso o trabalho ali. Exemplo maravilhoso!

E outras coisas... E eu quero depois fazer algumas perguntas ao Sr. Presidente da FEBRASPEN.

Mas será que, de repente, vocês não estão admitindo, admitindo e... *“Bom, nós admitimos, não escondemos, mas não podemos fazer nada”*. Por exemplo: não é possível que o Estado não possa mandar um pediatra e um ginecologista para um presídio feminino! Não é possível! Não dá para a gente entender! Não dá para admitir isso! Ora! É porque tem muito presídio, e eu não posso resolver o problema de todos, porque, se não, do meu salário, eu era capaz de pagar um, para ficar lá. Porque não dá para você ver 30 mães, 30 mulheres grávidas, sem contar todas as demais que dormem... Tem lá mulheres, dormindo 3 num colchão.

Quer dizer, nós, que somos mulheres, sabemos que a insalubridade de um ambiente traz todo tipo de doença ginecológica. Nós, que somos ricas, digamos assim, que temos condições, qualquer peça íntima que nós usarmos errado nós já somos obrigadas a ir para o ginecologista. Vejam elas. São duzentas e tantas detentas ali.

Então, foram, inclusive, as funcionárias de lá do presídio: *“Deputada, ó, vamos contar com a senhora, e a senhora vai conseguir pelo menos um ginecologista para a gente”*.

Eu gostaria de sair do Rio Grande do Sul com essa vitória alcançada, em nome delas, que trabalham, porque eu vi lá a dedicação da diretora e das funcionárias lá com as mulheres.

Será que, se vocês fizerem uma rebeliãozinha santa aqui fora, vocês não conseguem diminuir o número de presas dentro daquele presídio? Dormirem 2 em cada cama, em valete, como elas dizem? Lá em Santa Catarina também é assim. Foi isso que eu denunciei lá, e o Secretário disse que não era verdade. *(risos)* E colchão no chão, com 3 dormindo junto. Vimos a situação de uma senhora, que eu até elenquei aqui, de 59 anos, há 5 meses presa, sem ter ido ainda para uma audiência, sem ter sido ouvida. Foi presa com a filha.



E essas situações... Eu sei que o Dr. Juiz falou aqui, mas nós temos de observar esses casos. Esses são os que, na nossa visita, nós detectamos, no pouquinho de tempo que nós passamos. Mas nós sabemos que são muitos. É o caso que eu coloquei aqui para ele, do senhor que teve a sentença para o regime aberto. É um senhor de 69 anos, preso com uma turma de marmanjos, digamos assim; preso junto com uma pessoa doente, um senhor que está doente, todo cheio de... como é que... lá na Bahia nós chamamos de furúnculos, abscessos no corpo... Junto com esse senhor de 69 anos.

Então, são coisas assim que a gente pensa assim: será que, de repente, ao abrir, ao mostrar o caos, não está havendo também o comodismo e a tranqüilidade? E o que nós percebemos aqui é o seguinte, em todo o Estado: *“Nós estamos esperando o dinheiro do PAC, do PRONASCI”*. Mas essa visão, de que a responsabilidade do cárcere, do preso, da pessoa que comete o ilícito, a marginalidade, é só do Governo Federal, é generalizada.

Então, eu acho que — em todo Estado em que vou eu falo isso, e aqui eu vou falar para o Rio Grande do Sul — temos de ver o que o Estado do Rio Grande do Sul vai fazer também para contribuir com um sistema melhor. E o Superintendente colocou a construção de vários presídios e tal. Mas...

Eu estou fazendo essa observação, assim, do que eu vi, porque eu não sou daqui. Talvez eu possa observar com mais tranqüilidade até, porque vocês, a não ser que vão morar na Bahia, não vão votar contra mim mesmo. Então, eu posso falar melhor do que Pompeo, que tem de tomar cuidado, para não perder os votos dele. *(risos)* Então, é assim: semana que vem, ele fala lá na Bahia, e eu fico calada.

Essas coisas aí... Eu queria observar isto aqui: lá no masculino, nós observamos várias questões; e vamos passar algumas, para que a gente possa dar retorno também, para a credibilidade da CPI. E eu queria fazer algumas perguntas ao Presidente da FEBRASPEN.

Gostei muito da forma como o senhor colocou, porque em todos os Estados por que passamos também temos encontrado presidentes de associações totalmente descompromissados, totalmente alienados. Nem isso — totalmente corrompidos pelo sistema. Corrompidos, tipo assim: *“Não vou falar porque meu*



chefe está aqui e eu posso pagar o preço". E o senhor foi de uma coragem muito bonita.

Quero parabenizá-lo também por isso — estou parabenizando a todos do Rio Grande do Sul.

Aquele exemplo do IPA, por exemplo, lá no presídio feminino, muito bonito. Tem alguns agentes, inclusive algumas agentes, fazendo curso. No nosso entender, só vamos ter melhoria do respeito aos direitos humanos na cela no dia em que os nossos agentes tiverem conhecimento do que é um direito humano. Então, isso é muito importante.

Ao seu ver, no seu Estado, os seus colegas, os seus liderados, eles têm interesse por cursos dessa forma? Se tem, há possibilidade de se estender essa parceria do IPA ou com outras instituições? Existem outros exemplos? E mais: o Estado tem alguma instituição — escola, cursos preparatórios —, algum núcleo de treinamento, de preparação dos agentes penitenciários? De todo o Estado eu falo, não só de Porto Alegre.

O SR. LUIZ FERNANDO CORREA DA ROCHA - Deputada, primeiro eu queria agradecer os seus elogios. Nós temos, sim, uma escola penitenciária. Até bem pouco tempo, uma escola — como é que eu vou lhe dizer? — pouco atuante. Parecia que não fazia parte do nosso sistema penitenciário. A gente ouvia falar aí, e o Bruno sabe disso, de cursos de musicalidade no cotidiano, gastronomia e não sei o quê, e não se ouvia falar em cursos técnicos. Coisa que está mudando hoje. Já temos aí alguns cursos preparados para dar para o nosso pessoal, cursos técnicos, porque realmente é o que interessa para o sistema penitenciário. Mas não o suficiente ainda. Nem todos os agentes penitenciários têm acesso a esses cursos, principalmente aqueles que trabalham diretamente...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jusmari Oliveira) - E esses cursos têm a questão de direitos humanos neles?

O SR. LUIZ FERNANDO CORREA DA ROCHA - Têm, têm. Inclusive eu vou lhe dizer mais: eu, particularmente, há pouco... Há 2 anos atrás, nós participamos e eu fiz um curso superior em Santa Cruz do Sul. É o primeiro curso do Brasil, o curso superior em Tecnologia e Segurança Prisional. É o primeiro e único curso que houve. Foi uma briga para a gente conseguir liberar o nosso pessoal dos horários,



para a gente conseguir estudar, sem um tostão. Quem pagou o curso... Cada um, cada funcionário pagou para a faculdade o seu curso. O Estado não colaborou em nada para isso. Nós tivemos que brigar muito para poder estudar, para o Estado nos liberar para a gente poder estudar. E o pessoal tem-me procurado. É uma procura muito grande por esses cursos. Hoje mesmo, quando o SOS estava na feminina, eu falava com alguns colegas ali, que são auxiliares penitenciários, que é uma outra carreira que a gente tem junto com nós, que querem fazer o curso dessas bolsas do PAC, que têm as bolsas, direito às bolsas. Que eles ganham menos que 1 salário mínimo. Para lhe dar uma idéia, o básico deles é duzentos e poucos reais — uma vergonha que tenha ainda esse salário no Estado — e eles querem ter direito a essas bolsas. Só não têm direito ainda porque o Estado ainda não firmou convênio, não está liberado esse tipo de convênio para o nosso pessoal. O nosso pessoal quer estudar, quer se aprimorar, faz questão disso. Tanto que a senhora viu que têm colegas nossos estudando junto, lá no IPA, junto com as presas. Não tem problema nenhum. Temos faculdades com cursos, ótimos cursos ministrados, relacionados com o sistema prisional, mas só que falta também a vontade do Estado. Se o Estado não tem nem intenção de liberar os seus funcionários da carga horária para poder fazer o curso, a senhora imagina pagar o curso com esse salário que nós temos hoje aí.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jusmari Oliveira) - Essa questão da revista íntima, eu inclusive ia citar aqui. Parece que o IAJ, da Dra. Maria Paula, que entrou com mandado de segurança para suspender mais uma vez, uma vez que isso já havia sido suspenso.

Queria primeiro fazer uma pergunta para o senhor, depois eu gostaria de falar com ela: o senhor acha que é possível dispensar com segurança a visita íntima hoje?

O SR. LUIZ FERNANDO CORREA DA ROCHA - Hoje, não. Nas condições que estão sendo postas hoje, não tem como dispensar a revista íntima. Nós temos, sim... o Estado tem como reaparelhar. Nós pedimos isso. Os agentes, os servidores penitenciários são contra a revista íntima — nós não somos carrascos — e principalmente para aquelas pessoas que estão visitando, que não têm nada que ver com o crime que foi cometido pelos seus familiares. Nós somos contra isso. Só que



o Estado tem que dar condições. A gente tem notícias... Essa semana ainda se pegou... A gente tem um penitenciária em Charqueadas de alta segurança — de alta segurança —, PASC. Foi pega arma lá dentro que não foi levada por funcionários; armas que foram com a visita lá para dentro. Então, a gente tem que ter material para trabalhar, tem que ter tecnologia para trabalhar, pessoal para trabalhar, e não precisa da revista, não precisa humilhar ninguém, não precisa humilhar o familiar, não precisa passar por esse vexame. Nós não fizemos questão de fazer esse tipo de revista. Não fizemos, não queremos fazer, desde que o Estado nos dê condições para trabalhar de outra maneira.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jusmari Oliveira) - É constrangedor para os 2 lados, não é?

O SR. LUIZ FERNANDO CORREA DA ROCHA - Com certeza.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jusmari Oliveira) - Então, eu queria falar com a Dra. Maria Palma sobre esse mandato de segurança. E eu queria destacar uma das coisas. Se não for possível acabar com a revista íntima, que pelo menos alguns itens dessa portaria agora fossem revogados, principalmente a questão da mulher no período menstrual. Acho que isso é uma discriminação sem parâmetros, sem precedentes, que a gente já viu na história. Infelizmente, eu tenho que fazer a nossa crítica, até como defensora dos direitos das mulheres. Ora, que culpa temos nós se a Eva pecou?

Então, eu gostaria de passar a palavra para a Maria Palma.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Só deixa eu registrar, Deputada Jusmari, me permita. É do conhecimento público no Rio Grande do Sul, lá em Ijuí, que praticamente é minha cidade, de um episódio em que uma mulher foi visitar o preso — era namorada ou esposa, enfim era alguém familiar do preso — e aí foi feita a revista íntima e foi pego droga também e celular.

E a mulher estava grávida de 7 meses, em torno disso, 6 ou 7 meses. E a mulher começou a passar mal e criou uma situação que é até difícil de explicar, até porque senão se acaba cometendo até injustiça. Mas eu sei que foi parar na delegacia e acabou passando mal. Levaram para o hospital, e morreu, faleceu. Então, é uma coisa assim que... Sabe, aquela tragédia humana, não é? Aquela tragédia humana. Uma tragédia para o preso, uma tragédia para a família, uma



tragédia para os agentes, uma tragédia para a Polícia. Uma coisa assim fantástica, incrível.

A SRA. MARIA PALMA WOLFF - Eu acho que essa situação é ingênua a ponto de achar que não deve haver nenhum controle, mas principalmente dentro do princípio de que a pena não deve exceder, ir além da pessoa que cometeu o delito. Assim a gente está vendo que a mãe, a esposa, os filhos estão sendo penalizados, estão de alguma forma considerados culpados também por aquele delito. A gente está tendo como referência uma portaria do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, que diz que a revista íntima deve ser feita quando existe um indicativo concreto de que a pessoa esteja, por exemplo, portando algum objeto de metal. E para isso... Todos nós viajamos de avião e naturalmente passamos pelo detector de metal. Se tem alguma coisa, ninguém se importa de abrir a bolsa ou de, enfim... Eu, há 3 dias atrás, tirei o sapato porque tinha algum problema. Mas não é isso que a portaria está dizendo. A portaria está abrindo a possibilidade para qualquer pessoa ser revistada. E tem essa questão específica que a senhora trouxe, de impedir que mulheres menstruadas possam visitar. Então, imagina que a mãe de um preso lá de Uruguaiana menstruou durante o caminho, e então não vai poder visitar o filho, enfim, seja quem for, em razão disso. Entendemos que isso restringe um direito, entendemos que isso infringe a Constituição e que essa limitação não é possível através de uma portaria; que deveria, no mínimo, ter uma lei que limitasse isso. Não é uma portaria que pode restringir um direito que está colocado na Constituição.

O SR. GILMAR BORTOLOTTI - Deputada, só para dar uma contribuição.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jusmari Oliveira) - Pois não, Dr. Gilmar.

O SR. GILMAR BORTOLOTTI - Essa questão da revista íntima, eu tenho certeza de que não há nem como o servidor penitenciário ser favorável a ela, eu digo materialmente favorável, porque é uma situação de indignidade para os 2 lados. Mas isso é mais uma distorção também dessa questão da superlotação. Porque o que acontece, o que aconteceu historicamente? Estabelecimento penitenciário superlotado. O preso com o direito de receber a visita. A lotação chega a tal ponto que as visitas, por falta de um outro espaço, começam a entrar na área celular. Como elas entram na área celular, é natural que alguns levem objetos e coisas



proibidas. E aí vem a outra “distorção”, entre aspas, que é a revista íntima. Essa portaria da Secretaria de Segurança, ela está sob análise nossa, da nossa promotoria, e tem vários dispositivos que nós estamos discutindo. Um é este, a própria revista, e outros ali. Esse problema da pessoa que está menstruada, problema de punições para visitantes, suspensões e exclusão da lista de visitantes, que tem, enfim, ali na portaria isso consta. Só que nós ainda não... Porque nós temos uma metodologia de trabalho ali. Nós somos em 9 promotores: 3 que fazem a fiscalização e os outros que fazem a parte dos processos. E todas essas questões, como atingem muita gente, muitos presos e muitos familiares e servidores e etc., isso tem que ser tratado com muito equilíbrio, porque alguma decisão precipitada nessa área pode custar... Enfim, pode ter um custo altíssimo. Mas nós estamos atentos e estamos discutindo isso. E se entendermos, e no momento em que entendermos que há ali coisas que devem ser modificadas por serem ilegais, nós vamos chamar, num primeiro momento, as pessoas que são responsáveis por isso. E se ainda assim não se resolver, eventualmente, aí, bom, tem medidas legais para se tomar. Mas isso está em discussão. A gente compreende perfeitamente o cenário da necessidade disso. Uma coisa é a necessidade, que no contexto atual realmente é muito complicado a pessoa entrar lá para dentro de forma assim mais, muito, sem que haja um controle maior. A segunda coisa: se a dignidade e a intimidade são direitos fundamentais, isso pode ser limitado ou suprimido numa portaria, num ato administrativo? É outra questão. E a terceira questão: a longo prazo há uma solução que dispensaria esse tipo de revista? A gente pensa que sim. Tecnologia, espaço para visitação, mas são coisas assim que... É preciso que se compreenda, até pelo que vocês viram hoje, que nós temos assim... Não se sabe nem o que fazer primeiro. Nossa primeira e urgente questão é essa questão do espaço, mas nós estamos atentos a isso. Agora, precisa ser resolvido com muito equilíbrio, para que não custe muito alto para nenhuma das partes.

O SR. LUIZ FERNANDO CORREA DA ROCHA - Deputada, se a senhora permite, eu sei que já está no adiantado na hora. Mas a complacência de alguns poderes e de algumas autoridades nos indigna. Porque quem sofre dentro dos presídios é o preso, mas também nós que estamos lá. Então, isso tem a categoria hoje... Ela tem bem consciente: o preso não é nosso inimigo, nosso inimigo é o



Estado. O Estado é que nos coloca nessas condições para trabalhar lá dentro. A gente tem bem claro isso para nós. Porque se não tem condições de fazer, como é que autorizam, como é que o Governo Federal libera verba para construir um outro pavilhão dentro do presídio central? Para quê? Para economizar funcionários? Porque os mesmos 300 que trabalham lá vão cuidar de mais de mil. Porque não vão ser os 500 que vão para lá, vão ser mais 1.000, 1.200, é só fazer o cálculo que está hoje. Daqui a pouco não vão mais ser 4.200, vão ser 5 mil, 6 mil apenas lá, porque inauguraram mais um pavilhão. E assim é em todos os presídios nossos. Aqui se lida com números. Pega um papel e vê os números. *“Não, nesse aqui cabe mais, manda para lá”*. Só que não se pensa no restante, não se pensa nos familiares, não se pensa nos presos, não se pensa nos agentes. A economia aqui, hoje, do Estado é aquilo que eu falei bem no princípio: contrata 500, mas tira a força de trabalho de 700. Perdeu-se, na realidade, 200 homens que estavam trabalhando, porque o nosso funcionário, a carga horária normal de trabalho dele, estadual, que está lá na Constituição: 160 horas mensais. Tem funcionários nossos que trabalham 400 horas mensais, e ninguém faz nada, ninguém diz nada. Inclusive eu procurei o Direitos Humanos aqui na Assembléia, para denunciar isso, essa carga horária escravagista que está dentro dos presídios há muitos anos, não é só deste Governo, há muitos anos está aqui dentro dos presídios, nós trabalhamos dessa forma. O máximo que eu consegui foi a abertura de uma sindicância contra mim dentro da SUSEPE. O máximo que eu consegui foi isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jusmari Oliveira) - Eu quero aqui fazer o seguinte: vou fazer uma pergunta ainda para o Dr. Márcio, o juiz. Depois eu vou passar a palavra... Acho que sim, não é Pompeo? Já podemos ir para as considerações de todos.

O SR. ANTÔNIO BRUNO DE MELO TRINDADE - Sobre a revista íntima.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jusmari Oliveira) - Não, mas eu lhe passo e o senhor faz uma geral. Fica melhor. Eu só queria... O Renato está me lembrando aqui o seguinte: nós queremos propor, em Brasília, uma audiência lá na CPI com os sindicatos e as associações dos agentes públicos.

O SR. LUIZ FERNANDO CORREA DA ROCHA - Eu ia fazer essa solicitação.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jusmari Oliveira) - E eu propus isso já lá, Renato. Só que aí, depois, eu comecei a ouvir os Presidentes das associações e me desanimei. Eu falei: esses caras vão chegar lá e não vão falar nada.

O SR. LUIZ FERNANDO CORREA DA ROCHA - Mas leva para lá que a gente passa coragem para eles.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jusmari Oliveira) - Mas agora com o senhor eu me animei de novo, já dá para gente pensar. Renato, 2 bons.

O SR. LUIZ FERNANDO CORREA DA ROCHA - Mas tem muita gente boa. A senhora vai ver que tem muita gente boa. Eu conheço 19 associações e sindicatos que têm muita gente boa.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jusmari Oliveira) - Vamos ver se a semana que vem a gente já agenda e vê essa possibilidade.

Dr. Márcio, eu queria perguntar ao senhor o seguinte: qual a visão de vocês, do Tribunal de Justiça, sobre a pena alternativa? Ela é praticada aqui no Estado? Vocês acham que é uma boa solução?

A gente defende muito isso principalmente para as mulheres. Hoje eu vi um caso na creche, diretora, que eu fiquei triste. A primeira que eu entrevistei, ela veio com a filhinha dela, por incrível Vitória, e muito parecida com a minha. Eu tenho uma Vitória também, muito igualzinha a dela. E aí ela me disse o seguinte: *“Estou aqui há não sei quantos meses, 9 meses, não sei, 1 ano, e a Vitória não conhece o pai dela, que foi preso junto comigo, está no Presídio Central. Eu não vejo o pai dela”*.

Falei com pelo menos 4 que têm os esposos presos e não vêem os esposos. Vimos lá, em Brasília, um exemplo bonito. O sistema promove o encontro íntimo das mulheres com os maridos.

Então, o pai dessa aí está preso e não conhece a filha que nasceu no cárcere. E ela tem mais 9 filhos. O caso dela está aqui, eu vou lhes passar depois. E ela tem mais 9 filhos. Ela foi ouvida numa audiência sem a Defensoria Pública, sem advogado, portanto. Ela me disse, eu não sei, não sou advogada, que a audiência dela foi nula. Então, ela não teve audiência, nesse tempo todo. E teve mais alguns casos lá, mas esse me sensibilizou por saber que um pai não conhece a filha. E ela tem mais 9 filhos. Quer dizer, de repente, uma pessoa dessa... Claro que não sei a



condição dela. De repente, ela não pode ser liberada. Mas se fosse o caso de não ser um caso muito grave e tal, ela cumprir uma pena alternativa.

Veja bem. Nós prendemos uma mãe e criamos... Nós prendemos uma marginal e criamos 9 marginais, porque os 9 filhos dela vão ser o quê? Vão ser marginais. Ela disse o seguinte: *“Três estão com minha irmã em Porto Alegre, que não tem dinheiro para pagar o transporte, não me traz para ver. Dois ficaram com o avô, pai do pai”*. Dois ficaram com a avó, mãe dela, e 3 ficaram com a outra irmã lá não sei onde, em outra cidade aí, parece que essa bonita aí da beira da praia que eu gosto. Tramandaí, exatamente. Então, quer dizer, nós desgraçamos uma família. De repente, a pena dela poderia ser uma pena alternativa.

A outra coisa que eu queria perguntar ao senhor: quantos mandados de prisão têm expedido no Estado sem cumprimento ainda?

O SR. MÁRCIO ANDRÉ KEPPLER FRAGA - Em relação aos mandados de prisão, nós temos em torno de 9 mil. Pedi que a Corregedoria fizesse esse levantamento, por aproximação, evidentemente. Em torno de 9 mil mandados, que é o que tem pendente. No tocante a penas e medidas alternativas, o Estado do Rio Grande do Sul foi precursor nisso. Nós temos aqui no Estado, em Porto Alegre, nós temos a Vara de Execução e Penas e Medidas Alternativas. Temos uma vara que é exclusiva para atender esse tipo de demanda, digamos assim. De sorte que, com todas as dificuldades com que se trabalha, nós temos, digamos, um bom exemplo, no Estado do Rio Grande do Sul, nessa área, que tem a colaboração do Ministério Público, tem a colaboração da sociedade de modo geral. A questão de conceder ou não penas alternativas está intimamente vinculada àquilo que no início eu procurei trazer, que eram as sugestões de encaminhamento de soluções. Hoje as penas alternativas, assim denominadas, só são possíveis para crimes sem violência contra a pessoa e até 4 anos. Ou seja, penas até 4 anos sem violência contra a pessoa, e desde que haja uma reincidência específica, o indivíduo pode ter. O que significa dizer que nós temos um espectro até relativamente razoável para penas e medidas alternativas.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MÁRCIO ANDRÉ KEPPLER FRAGA - Em Porto Alegre?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. MÁRCIO ANDRÉ KEPPLER FRAGA - Em Porto Alegre eu já tiro um parâmetro aqui. Em Porto Alegre eu tenho, na verdade, em torno de 4 mil, de 3 a 4 mil de penas e medidas alternativas aqui, de PECs andando. A questão passa sobre essa, de como nós vamos tratar, porque são duas situações que devem ser controladas: no sentido de evitar um sentimento de impunidade, o que é perigoso; e concomitantemente dar um tratamento adequado para a pena. Como se faz isso? Acho que nós temos de pensar em mudar a legislação. Como? Uma dessas coisas é acabar com essa idéia do regime semi-aberto. Nós temos que pensar que não existe...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - E a pulseira ou a tornozeleira?

O SR. MÁRCIO ANDRÉ KEPPLER FRAGA - Eu sou francamente favorável a isso. Se nós tivéssemos o seguinte: numa situação do fechado, as casas ficassem como fechado, e aqueles que progredissem, digamos, de um regime tivesse esse tipo de tratamento, nós já, trabalhando na idéia de custos, diminuiríamos os custos e daríamos para a sociedade uma sensação de efetividade. Porque hoje o apenado sai com o regime semi-aberto e no dia seguinte ele está na rua para fazer o trabalho externo. Qual é a sensação de um cidadão em relação a isso? E aí vem a culpa de se estabelecer que o Judiciário solta. Hoje, um homicídio simples tem pena de 6 anos. Pena de 6 anos! Um fato gravíssimo. Homicídio é crime capital por excelência. Ele começa no semi-aberto. E se ele começa no semi-aberto, ele pode ter trabalho externo. Ou seja, o cara sai do júri, um aperto de mão, no outro dia é possível, se ele tiver uma carta de emprego, sair para trabalhar. Essa é uma realidade que é possível se interpretar — e, volto a frisar, é uma questão de interpretação legislativa, porque a LEP não é clara nesse ponto —, que gera para a sociedade uma sensação de impunidade e que não dá efetividade para a pena. Talvez essa questão do regime semi-aberto que só tem trazido dissabores, custos para a brigada militar, sentimento de impunidade para a sociedade, tivesse que ser melhor discutido. Volto a repetir: em termos ideais de um país ideal que nós tivéssemos recursos evidentemente que o sistema regressivo é o ideal: fechado, semi-aberto e aberto. Nós não temos esse sistema. Então, é melhor a legislação estar adequada a nossa realidade do que ela estar, digamos, para a Suíça. Se nós tivéssemos isso estaríamos melhor. Em relação às penas e medidas alternativas, a grande



dificuldade que nós temos é aquela que eu também pensei como uma solução: mostrar para a sociedade, fazer uma campanha institucional, que pode ser feita até pelo Congresso Nacional, no sentido de que recursos gastos com o sistema penitenciário são recursos de segurança pública, eles representam déficit de criminalidade. Vai diminuir a criminalidade se nós fizermos isso, porque a sociedade não vê com esses olhos. Para nós conseguirmos prestação de serviços à comunidade, localizar uma entidade que receba, a dificuldade é enorme. E aqui, no Estado do Rio Grande do Sul, quem faz a efetividade das penas e medidas alternativas, digamos assim, é o Poder Judiciário, embora isso seja tarefa do Executivo. O corpo técnico que existe hoje na VEC do Judiciário. No interior do Estado quem faz são os juízes, porque o Estado tem a SUSEPE que cuida dos presos, mas das penas alternativas, que é cumprimento também e que é pena também, que deveria ser do Poder Executivo, diante da absoluta falta de qualquer estrutura para isso, é feita pelo Judiciário.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Incapacidade.

O SR. MÁRCIO ANDRÉ KEPPLER FRAGA - Não. Se a SUSEPE não consegue atender os presos, como vai atender... Por isso, volto a repetir: a questão é sobretudo de investimento. Nós vamos, volta e meia, voltar para a questão financeira.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Por exemplo, as penas alternativas. Eu me lembro de quando o Judiciário gaúcho começou e ninguém falava isso no Brasil. E o Judiciário gaúcho batia no peito e fez, digamos assim, no peito. É a impressão que eu tenho.

O SR. MIGUEL ALCIDES FELDENS - E mandou para outros Estados.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - E mandou para outros Estados. E a rigor isso não está nem consolidado ainda constitucionalmente como deveria. Por que o Judiciário ainda, agora batendo no peito de novo, e eu até fico assim pensando, por que o Judiciário gaúcho não instituiu, ele, o Judiciário gaúcho, a tornozeleira? Eu fico preocupado...

O SR. MÁRCIO ANDRÉ KEPPLER FRAGA - E quem vai pagar essa conta?

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Eu quero confessar... Não, não, eu acho que experimental. Assim como o Judiciário criou a urna eletrônica...



O SR. MÁRCIO ANDRÉ KEPPLER FRAGA - Mas aí o Judiciário tem a verba através do TRE.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Não, eu sei, eu sei.

O SR. MÁRCIO ANDRÉ KEPPLER FRAGA - Se nós tivéssemos essa verba... (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Não, mas até colocando no Orçamento uma verba específica pequena para um exemplo. Vamos lá, vamos botar aqui em Porto Alegre 100 presos, 200 presos. Seria assim.

O SR. MÁRCIO ANDRÉ KEPPLER FRAGA - Dez.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Dez. Eu queria dizer que seria um fato assim, um golaço do Judiciário. Porque, nesse ponto, eu quero reclamar de mim mesmo: a nossa Câmara, olha, é devagar, é devagar, é devagar, ao ponto que nós não votamos nada lá que não medida provisória.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jusmari Oliveira) - É verdade.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - A gente se esmera, se mata, briga, esperneia. Então, tem coisas que às vezes a gente quer fazer, não consegue fazer e está caindo de maduro para ser feito. E eu garanto que se o Judiciário gaúcho fizer, com a credibilidade que tem, e eu sei que tem, faria sim um golaço.

O SR. MÁRCIO ANDRÉ KEPPLER FRAGA - Na verdade, isso foi objeto do antigo superintendente.

O Dr. Fortes levantou essa bandeira no Estado do Rio Grande do Sul e uma das objeções que ele trouxe era o custo. Ele entrou em contato com algumas instituições que trabalham com isso e era mais ou menos em torno de 600 reais pelo apenado, ou 400 reais, que é o custo dele dentro do sistema. Foi um absurdo. Então, quer dizer, nós temos também aí uma questão tecnológica, que eu não sei como pode ser feita, e, sobretudo, nós temos um outro problema que é a invasão de competência. O Judiciário determinar que o Executivo implemente essa política é algo no mínimo discutível. Até é hoje objeto a questão da construção dos presídios.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jusmari Oliveira) - Deixa isso para o Supremo e o TSE.

O SR. GILMAR BORTOLOTTI - Eu até voltaria para o problema da inteligência do sistema. Eu também sou favorável a esse controle eletrônico. E daí



se originam polêmicas que são polêmicas falsas, na verdade, porque fica se discutindo: “Ah! Mas pode colocar uma pulseira no preso? Isso não fere a dignidade?” Mas, vejam: os senhores viram hoje como é que se está cumprindo pena. Agora, nós podemos colocar preso em prisão domiciliar do regime aberto? Sim, a lei prevê. Só que se nós formos fazer uma triagem aqui no nosso regime aberto — no nosso eu digo daqui, de Porto Alegre —, nós vamos pegar preso ali que cumpre pena de 50 anos, 60 anos, preso de alta periculosidade que está no regime aberto. Não era para estar. Bom, mas a legislação é essa. Se esse preso for para casa sem nenhum sistema de controle a gente sabe o que vai acontecer: ele vai voltar com mais 4 juntos, em flagrante. Isso é o que acontece na prática. Então, esse sistema de controle nos permitiria, vamos dizer assim, alternativas, além de genericamente um controle maior.

O SR. LUIZ FERNANDO CORREA DA ROCHA - Só a título de informação, quando eu estive a última vez em Brasília, na CPI, nós tivemos depondo lá também, teve um juiz da VEC da Paraíba que levou junto um empresário que desenvolveu uma pulseira eletrônica com custo baixíssimo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jusmari Oliveira) - Eu lembro, eu lembro, eu estava lá nesse dia.

O SR. LUIZ FERNANDO CORREA DA ROCHA - Talvez 10% a 20% do que as empresas multinacionais estão cobrando aqui.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jusmari Oliveira) - O Dr. Nataniel está com uma aí.

O SR. GILMAR BORTOLOTTI - De qualquer maneira é uma questão de edital, não é? De licitação.

O SR. LUIZ FERNANDO CORREA DA ROCHA - Então, assim, é um custo baixíssimo que adiantaria inclusive... E vou mais longe ainda.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jusmari Oliveira) - Mostra aí, Dr. Nataniel.
(Pausa.)

O SR. LUIZ FERNANDO CORREA DA ROCHA - Inclusive, só a título de esclarecimento, nós estamos procurando, o sindicato está procurando empresas, OSCIPs que queiram nos ajudar com o custo para implementação dessas pulseiras



aqui. Porque se nós não tomarmos essa iniciativa também o Estado não toma. Então, a gente está atrás disso aí também.

O SR. NATANIEL BLOOMFIELD - Bom, deixa eu falar uma coisa aqui. Ele está falando de custo. Uma das coisas que é mais difícil implementar é isso aqui, realmente. Nós tentamos trazer isso dos Estados Unidos para cá. Isso aqui estaria saindo, como vocês falaram, a 650 reais mais ou menos ou mais. Hoje, o custo dela sairia na faixa de 450 a 550. Dependeria de quê? Da quantidade de peças que seriam contratadas. Outra coisa que vale falar aqui é que, além dessa quantidade, o modelo de negócio que o Estado quer fazer. Por exemplo, nesse preço estaria até 5% ou 10% dessa peça sumiriam e a empresa agüentaria esses custos. A partir disso, o Estado aceitaria. Então, isso depende do modelo de negócios que o Estado quer fazer. Esta aqui é um modelo nacional. É a única que tem 2 *chips*, porque as outras só têm 1 *chip*. E por que ela foi feita com 2 *chips*? Porque é a única que atende o sistema do Brasil, porque é banda A e banda B; senão, o preso vai estar andando numa região que tem a banda A e, quando ele passar para a banda B, você vai ficar sem sinal dele até ele chegar a uma outra coisa. Por isso que foi desenvolvido aqui no Brasil, para a gente poder suprir essa necessidade. Por enquanto, o custo ainda, eu acho, alto — apesar de ter interesse nisso aqui — para o nosso País. Mas só com a popularização disso é que vai baixar o preço, como aconteceu com o celular.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jusmari Oliveira) - Bem, gente. Eu gostaria de passar, então, às mãos do Dr. Márcio, nosso juiz, os casos que registramos. E gostaríamos de ter um retorno sobre essas questões. Nós sabemos que isso não é a solução; não foi para isso que a CPI foi instituída, mas é uma forma de a gente contribuir com o Dr. Bortolotto, que é do Ministério Público, com o Dr. Antônio, que é da Superintendência da SUSEPE. E queremos registrar aqui, Dr. Antônio, o agradecimento especial da CPI ao seu atendimento, a toda a estrutura, para a Defensoria Pública e a Pastoral Carcerária. Seria muito interessante que se acompanhasse esses casos, pois são casos que a gente viu em que há mais dificuldades.

Eu diria o seguinte: o pessoal, hoje, da CPI pegou muito no meu pé; disseram que ontem dei uma entrevista em Santa Catarina em que eu magoei as autoridade



de lá. Lá, em Santa Catarina, eu disse o seguinte: *“Que pena que um Estado de vanguarda, um Estado que é referência em tantas coisas, como Santa Catarina, não tenha consciência e responsabilidade para com um problema sério”*. Eu falava do presídio feminino, com as mulheres e tal, pela forma como foi encarada a chegada da CPI no Estado.

Hoje, se eu fosse dar uma entrevista aqui, eu diria o seguinte: o Rio Grande do Sul tem problemas, e tem problemas sérios, mas tem autoridades conscientes desse problema, entre elas eu destaco o Deputado Pompeo de Mattos, que é o Presidente da minha Comissão lá, na Câmara, a Comissão de Direitos Humanos, porque tenho testemunhado o trabalho dele e a atuação dele, na Câmara, nessa área, nesse sentido, na questão de segurança, na questão dos direitos humanos, na questão do combate à violência, sério, eficaz e eficiente em nosso País.

Claro que destaco o Deputado Luiz Carlos Busato, que atua conosco na CPI do Sistema Carcerário e que tem um comprometimento. E diria o seguinte: um passo muito importante é dado no Rio Grande do Sul. É esse reconhecimento: a consciência das autoridades e a forma de se mostrar os problemas. Dessa forma, entendi de todos vocês que qualquer parceira que seja proposta pelo Governo Federal, pelo Congresso Nacional, pelo Supremo Tribunal Federal ou por qualquer autoridade máxima deste País, aqui, no Rio Grande do Sul, há espaço para que essa parceira aconteça de forma... E vou dizer aqui: com muita humildade vocês nos receberam e abriram as suas portas. E o coronel foi assim... Difícil a gente ver um graduado como o senhor com tamanha simpatia. Quero registrar isso e agradecer a forma como o senhor abriu a porta daquele lugar. Outro diretor não abriria, tentaria nos levar para outro lugar, como já tentaram. Dessa forma, entendemos essa humildade com que vocês nos abraçaram e abriram as portas do coração como uma forma de dizer assim: aqui, no Rio Grande do Sul, nós aceitamos qualquer coisa que venha par melhorar esse sistema. Acho que isso é uma grande coisa deste Estado e quero registrar aqui. Então, muito obrigado.

Quero passar a palavra, desde que seja bem rapidamente, pois temos que sair às 19h30min, exatamente, para as considerações finais de todos vocês, com um tempo especial para o Dr. Antônio, que já pede por 3 vezes a palavra.



O SR. ANTÔNIO BRUNO DE MELLO TRINDADE - Obrigado. Voltando à revista íntima. Por que que a gente tomou a decisão de retornar a revista íntima? Primeiro, tinha lá na outra portaria que se fazia em 20%. Ou fazem todos, ou não fazem só em 20%. Por que 20%? Se tem 10 pessoas suspeitas, faz nas 10. E é um recurso extremo. A revista íntima é um recurso extremo. É só quando a gente tem informações ou, realmente, suspeitas que a pessoa tem; aí ela vai. Não é todo mundo que faz a revista íntima. Por que que a gente tomou essa decisão? Nós fizemos vários raios X — nós temos lá —, e a gente detectou armas e celulares intra nas mulheres. Nós conseguimos evitar, em 2007, 2 motins com reféns. Nós pegamos, em 2007, 38 armas de fogo. Nós pegamos 2.300 celulares. O celular, quando a portaria antiga entrou em vigor, em 2001, não tinha celular como tem hoje. E foi detectado pelo Sistema Guardiã, da Secretaria, “n” tramas de presos, de assaltos, fazendo diretamente dos presídios. Então, por isso nós tomamos essa decisão, para amenizar.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - O Guardiã permite a escuta telefônica.

O SR. ANTÔNIO BRUNO DE MELLO TRINDADE - Não, mas é autorizado.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Eu sei. Mas é que, para ela, o Guardiã...

O SR. ANTÔNIO BRUNO DE MELLO TRINDADE - Ah, sim. Trata-se de escuta telefônica autorizada. Então, assim, foi um uso extremo. Claro que a gente também está estudando equipamentos de Israel, equipamentos americanos. Parece que tem uma cadeira que detecta drogas também, mas o principal é a arma de fogo e o celular hoje nos estabelecimentos. Deputada...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jusmari Oliveira) - Só um pouquinho. Renato, onde foi que visitamos um presídio onde havia um banquinho que as pessoas sentam?

O SR. ANTÔNIO BRUNO DE MELLO TRINDADE - Parece que é esse aí que está sendo testado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jusmari Oliveira) - É. Nós visitamos um presídio com isso. Onde foi? (*Pausa.*) Em São Paulo.

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)



O SR. ANTÔNIO BRUNO DE MELLO TRINDADE - Isto, isto. A gente também está estudando. Outra coisa, Deputada, a gente fala muito em construção de estabelecimentos prisionais, estabelecimentos penais, e a gente só lembra do regime fechado. E uma das causas do regime semi-aberto desse desmando do regime semi-aberto é a falta de estabelecimentos adequados ao cumprimento de pena no regime semi-aberto, que nós não temos. O nosso engenheiro não está aí, mas não temos um projeto de regime semi-aberto, como não tínhamos também de penitenciária feminina. Acho que é outra coisa que a gente tem que pensar. Outra coisa que eu deixaria bem claro: não adianta a gente debater o fechado, debater o semi-aberto, debater o aberto, e não pensar no egresso. O Estado — eu digo, a União, Estados e Municípios — não tem política de atendimento para egresso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jusmari Oliveira) - Era uma pergunta que eu tinha registrado aqui. Aliás, eu a faço em todos os Estados: o Estado tem algum programa de reinclusão do egresso?

O SR. ANTÔNIO BRUNO DE MELLO TRINDADE - Não tem política para atendimento ao egresso. Se não são algumas ONGs, não tem. Então, acho que é uma coisa também para se pensar. Paga-se tanto seguro-desemprego, não sei por que não dar uma mãozinha para o preso, um dinheirinho para ele sair, porque tem gente que sai e não tem nem a passagem para ir embora.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jusmari Oliveira) - Foi o que o coronel colocou aí.

O SR. ANTÔNIO BRUNO DE MELLO TRINDADE - O nosso Presidente falou sobre as cantinas no Presídio Central. O Presídio Central — e a gente tem que ver ele, como o nosso Deputado Pompeo conhece vários municípios, porque ele é de uma região de pequenos municípios — é maior do que muitos municípios do Rio Grande do Sul. Tem 4.250 presos. Então, ali, o que que é a cantina? É uma válvula de escape para que o PM, o agente penitenciário, não fique o dia todo revistando aquilo que a visita traz. E a visita traz e diz: *“Não, meu filho quer comer uma massinha, meu filho quer comer isso...”* E é humano deixar entrar. Então, para abater um pouco esse trabalho, tem a... A senhora viu que aquilo ali é pequeno perto da população carcerária que tem dentro do Central. Aquilo ali é um... Se ocorre o desvio depois, isso é uma coisa que, tenho certeza, o coronel vai averiguar



melhor. O atendimento médico. A gente está trabalhando ativamente nessa portaria ministerial, e eu lhe digo por que que não tem. Nós poderíamos ter feito uma contratação emergencial de médicos, mas não foi feita pelo seguinte: no nosso quadro de servidores penitenciários consta que tem um monitor penitenciário médico, monitor penitenciário dentista, monitor penitenciário enfermeiro. Só que nós abrimos concurso e ninguém se inscreveu, porque nenhum médico vai se inscrever para ganhar 1.500 reais.

Então, correm eles todos. Enquanto nós não tirarmos essa cláusula aí do nosso quadro, não temos condições de contratar ninguém, porque o Tribunal de Contas vai nos apontar, e a gente já fez a consulta à PGE, e a gente vai ser apontado.

O SR. LUIZ FERNANDO CORREA DA ROCHA - Tem que aumentar salário, não é Bruno. Tem que aumentar salário. Daí eles vêm.

O SR. ANTÔNIO BRUNO DE MELLO TRINDADE - Bom, nós somos agentes penitenciários e isso aí foge da nossa alçada. O curso, o colega falou, o Rocha, o que que está acontecendo com os agentes penitenciários. Nós temos o PRONASCI, que é o grande guarda-chuva desse atendimento aos cursos, ao programa — o PAC da Segurança. Não se sabe ainda quem vai arcar com o dinheiro: se é a Secretaria SENASP ou se é o DEPEN. Essa é a discussão. Os auxiliares estão aprovados. Vai ser, Rocha, feito pelos auxiliares, principalmente pelos auxiliares, acho que pega alguns agentes também, mas está em discussão, em Brasília, quem é que vai fazer o pagamento. Eu acho que é isso. Eu agradeço e nos colocamos à disposição da SUSEPE e do que a Comissão necessitar. Isso aí o que a senhora nos passou, a gente vai analisar, acompanhar e resolver esses problemas. Agradeço. E, pelo menos, mais uma vez, eu coloco que tem alguém, e são os legisladores. Porque a gente reclama muito dos legisladores: “*O legislador fez essa lei do semi-aberto*”. Tudo passa por lá. E, agora, graças a Deus, vocês estão vendo *in loco* o que está acontecendo realmente no sistema penitenciário. Eu concordo com a senhora, não é sistema. Queremos fazer um sistema. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jusmari Oliveira) - O Presidente da Associação ainda quer se uma...



O SR. LUIZ FERNANDO CORREA DA ROCHA - Deputada, eu queria agradecer aos Deputados que estiveram aqui presentes, às autoridades que estiveram aqui, aos colegas que estiveram aqui nos escutando essa tarde toda. A gente não perde nunca a mania de sindicalista, sempre reivindicando e pedindo. A senhora perguntou tanto sobre os cursos. Agora mesmo o Bruno disse que falta também a iniciativa do Governo Federal, porque o Governo Federal fez toda essa propaganda na mídia, e até agora não apareceu nada aqui para nós. Como, assim, outra coisa: o negócio dos cursos. O Ministro Tarso Genro esteve aqui, no Rio Grande do Sul, inaugurando o programa do PRONASCI para compra da casa própria, via Caixa Econômica Federal. A senhora vai em qualquer Caixa do Rio Grande do Sul ninguém consegue fazer o financiamento. Então, essas coisas assim só estão na mídia, só estão na propaganda. Tomara que se efetive pelo menos para o lado do funcionário. Que a gente está vendo aí a liberação de recursos, outra coisa que me preocupa também. O Governo Federal libera verba para construção, mas não diz quem é que vai contratar os funcionários. Aí, a gente vai tirar funcionários de outros presídios para trabalhar nessas casas, já que não tem. Eu acho que uma coisa é ligada à outra. Quando se constrói um presídio a gente tem que saber quantos funcionários, como vai ser contratado, os custos que esse pessoal vai poder fazer. O próprio Ministro Tarso me falou: *“Olha, vocês têm que ser os fiscais do PRONASCI”*. Mas a gente não consegue nem chegar perto dele, quanto mais ser fiscal do PRONASCI. Então, a gente faz esse pedido. Vocês estão em Brasília representando o povo em si, e eu gostaria que vocês apelassem também para o Ministério da Justiça, que os funcionários não querem continuar trabalhando nas masmorras que eles trabalham hoje. É aquilo que eu lhe falei: o preso não é nosso inimigo; nosso inimigo é o Estado. Tanto é que a gente está nessa condição. Nós não vemos saída imediata. Pelo menos a gente tem que amenizar os problemas que estão aí. Essas concessões que se faz tipo Presídio Central e em todos os outros presídios são concessões que, por fim, muitas vezes, a gente acaba perdendo aquele respeito, porque tu vais abrindo mão, abrindo mão disso e quando tu vês não tem aquele respeito do próprio preso com o funcionário. A gente perde esse controle, muitas vezes. Então, é difícil para nossa avaliação. Nós queremos, sim,



dignidade para o preso e também para o nosso pessoal. E peço que a senhora marque essa audiência lá, de repente do Presidente com nossos representantes.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jusmari Oliveira) - Vamos marcar, sim.

O SR. ANTÔNIO BRUNO DE MELLO TRINDADE - Até porque o Luiz Antônio, da Bahia, a senhora deve conhecer.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jusmari Oliveira) - Conheço. Ele também já esteve conosco lá na CPI.

O SR. ANTÔNIO BRUNO DE MELLO TRINDADE - Ele é firme, é bom.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jusmari Oliveira) - Ele é bom.

O Dr. Jorge, da Defensoria Pública, quer fazer alguma consideração?

O SR. JORGE PEDRO GALLI - Inclusive, as minhas considerações finais seriam o seguinte: eu comungo com o pensamento do Dr. Márcio de que a Lei das Execuções teria que ser modificada, teria que ser reformada em muitos aspectos. Agora, uma das coisas, a principal: ela teria que ser cumprida. Se nós cumprirmos exatamente o que determina a LEP... Quer dizer, tem aquela integração social de que tanto se fala, mas não existe. Nós temos uma série de mecanismos aí que muita gente que lida com o Direito até desconhece. A Lei das Execuções, cumprida literalmente, soluciona 90% dos problemas, se não mais.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jusmari Oliveira) - Representante da Pastoral.

O SR. MIGUEL ALCIDES FELDENS - Exatamente. Eu estava comentando aqui com a Defensoria Pública: coloco alguém na cadeia por não cumprir a lei, e o Estado é o primeiro a não cumprir. Ele não cumpre a LEP — saúde, assistência, enfim... Então, as coisas estão erradas, correto? Então, a Pastoral Carcerária... A gente procura... Eu quero parabenizar esta CPI, que eu acho muito importante, porque nós temos que começar a desmistificar um pouco. Nós temos que superar o preconceito. Eu, hoje, devia estar na universidade lá em Lajeado, na UNIVATES. Aí, avisei que não ia poder ir. Em seguida vou dar palestra. Levo 1 ou 2 presos para dar depoimento. Tem que mostrar que, apesar dos pesares, ainda tem gente lá dentro que dá para recuperar, sim, mas se a comunidade estiver envolvida. Tem que ter mais parceria. A sociedade tem que conhecer o que está acontecendo dentro da cadeia. Não é abrir a porta da cadeia, mas sim espelhar o que está fazendo de bom



também. Nós estamos fazendo um albergue lá. Nove detentos estão trabalhando. No dia da inauguração, quero os 9 lá e a imprensa, mostrando para a imprensa: eles construíram. Então, estas coisas é que nós temos que fazer: desmistificar um pouco, superar preconceitos. Nós temos que ir à mídia e mostrar isso também, não esconder. Meus parabéns pela CPI. É disso que nós precisamos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jusmari Oliveira) - Obrigada.

O Dr. Gilmar quer fazer alguma consideração ainda?

O SR. GILMAR BORTOLOTTO - Sim. Eu quero reafirmar que acho que essas iniciativas são importantes, porque elas corrigem o problema que nós temos no sistema penitenciário. Para mim, foi o que gerou todo esse estado de coisas, que é uma tendência a esconder as coisas. E isso é de parte de todo mundo. Eu não estou dizendo só do sujeito que está lá, do administrador, do agente, do pessoal da Brigada. Enfim, é uma tendência de todos os envolvidos nesse contexto. Eu experimentei isso quando comecei nessa atividade, 10 anos atrás. Eu notei muito claramente isso. E até isso é natural, porque, se se passa 100 anos ali represando um problema, é natural que aquele que está lá administrando, dali a pouco ele vê um promotor que nunca foi lá, ele vai pensar: pô, porque esse cara veio aqui encher o saco? Ele só vem complicar aqui. Por que ele não veio aqui 100 anos atrás? Então, essa autocrítica a gente tem que fazer. Todos nós. Não é só o Ministério Público, o juiz. Todo mundo está envolvido nesse contexto. Nós apenas estamos pagando o preço daquilo que a gente vem fazendo há décadas. É bem simples isso. E mais uma coisa: nós precisamos, então, mostrar isso. Por isso é que, quando a gente fala em algumas coisas que são negativas, é preciso que fique muito claro que não se quer culpados, não se quer colocar culpa nos agentes, na Brigada, no Judiciário, no Ministério Público, no Congresso. Não é isso. O que se quer é revelar dados. Já que a população, no geral, não se sensibiliza com o caráter humanitário que deve ter a pena, então que se sensibilize com os argumentos de segurança pública, porque está esperando um rebote dessa nossa omissão, que é secular. Porque a gente costuma ouvir assim: "*Ah! Vamos colocar lá um sistema de saúde para atender os presídios*". O argumento é sempre o mesmo, o contra-argumento: "*Não, mas o cidadão de bem não tem um sistema adequado de atendimento à saúde*". Mas é verdade. Mas, então, que se faça lá fora. Isso não pode ser



argumento para não fazer dentro do sistema. Mas é o que a gente ouve. Talvez, se a população tiver a oportunidade de receber mais informações, vai poder interpretar melhor isso. Ninguém compreende como se apreende tanto celular etc. etc. É porque não sabe das condições de uma penitenciária, como a que vocês viram hoje. Quem vê aquilo ali compreende perfeitamente como se apreende tanta coisa, como tem o preso que comercializa isso lá em cima. É porque, da porta da galeria para dentro, é muito claro. Aí não se tem mais o controle individual do preso. Ele vai comercializar, ele vai comandar, ele vai submeter. Enfim, é a linguagem do mais forte. Isso pode ser mudado, mas as providências têm que ser rápidas, efetivas. E nós temos que ter coragem de dizer o que realmente acontece.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jusmari Oliveira) - Eu acho que... Eu costumo sempre me colocar na situação da pessoa. Coloque-se no lugar dela. Teve um Estado aí em que eu fui falar sobre os maus-tratos que os detentos estavam sofrendo, e o Secretário de Segurança me disse o seguinte: *“Deputada, se soltá-lo ali agora, ele vai e faz a mesma coisa de novo”*. E eu disse para o Secretário: *“Se eu estivesse no lugar dele e o senhor me soltasse, eu iria na sua casa e mataria o senhor e toda a sua família, porque o senhor me bateu, me humilhou, me massacrou. Eu vou soltar e vou fazer o quê? Eu vou matar, vou roubar. Eu não tenho outra alternativa. É do ser humano isso. É de nós o revide, a vingança”*. Infelizmente é isso que tem. Eles saem de lá e se vingam em nós. É isso que as pessoas não entendem.

Dr. Márcio, o senhor quer fazer considerações?

O SR. MÁRCIO ANDRÉ KEPLER FRAGA - Já passou das 19h30min. Vou ser absolutamente breve, no sentido de simplesmente...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jusmari Oliveira) - Ainda temos o Tenente-Coronel.

O SR. MÁRCIO ANDRÉ KEPLER FRAGA - Eu não sei qual vai ser o final desta CPI. Eu estou otimista, porque sou uma pessoa otimista. Mas já tenho a certeza de que a CPI tem um ganho. E aí nós podemos aqui parabenizar os Deputados que fizeram esta CPI, porque trouxeram luz, holofotes para um problema que nunca tem vez, nunca tem voz e muito menos dá voto, como disse o Deputado Pompeo. E é um problema que repercute em toda a sociedade, e no Judiciário vem



desaguar. De sorte que, independentemente dos resultados da CPI, eu parablenizo, em nome da Presidente, os integrantes da CPI pelo mote que criaram com esta oportunidade.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jusmari Oliveira) - Eu queria, ainda, fazer uma observação. Um minuto a mais, eu acho que o avião não nos deixa, não é?

A questão da educação, por exemplo. Eu fico sempre avaliando sobre o pensamento do Governo. Ora, os Governos Federal, Estadual e Municipal se unem para promover o transporte escolar da zona rural. Às vezes, lá na minha região, de 100 quilômetros, busca 20, 30 alunos. Quer dizer, um gasto caríssimo, transportando as crianças para dar educação. Não seria tão barato dar educação para aqueles 4 mil presos? Não precisa transportar. É só ter uma sala ali e fazer, não é? Está todo mundo junto. É uma economia. Aproveita, faz economia e dá educação, porque a educação é que vai mudar tudo. Gasta-se um horror para fazer um sistema de educação aqui do lado de fora, e aquele que está lá dentro, que já está lá por falta da educação, não tem educação, não tem. Era lá que tinha que ter primeiro a professora em sala de aula, como nós vimos a mudança lá no presídio feminino.

Coronel Rodolfo, o senhor quer fazer considerações?

O SR. RODOLFO PACHECO - Até porque não vai ter problema de falta de (*ininteligível*).

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jusmari Oliveira) - Exato.

O SR. EDEN MORAES - Só gostaria de fazer uma retificação. São 130 alunos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jusmari Oliveira) - Nós vimos lá.

O SR. RODOLFO PACHECO - Deputada, eu gostaria de, com as palavras do nosso douto juiz ali, dizer que foi muito válido um problema tão sério, que tem acarretado tantos problemas para a sociedade, estar vindo à tona. Sempre se tapava o sol com a peneira — as suas palavras. E reflexos grandes nós temos. Como eu tenho um jovem lá, com 17 anos, que já foi preso 5 vezes, em menos de 6 meses — 3 vezes por tráfico e 2 vezes por porte ilegal de armas. Talvez, quando matar um dos nossos filhos, ele receba algum tratamento mais adequado. Mas, assim dizendo, eu também tenho... Eu não vou sair daqui satisfeito se não disser



que nós temos muitos desses que não querem todos esses benefícios. Nós temos uma grande massa que quer continuar com o que faz — então, eu estou me mordendo um pouquinho aqui —, que nós estamos tratando como muito santinhos aí. E uma outra situação que eu gostaria também de deixar aqui registrada é que eu acho que nós podemos partir, sim, para uma solução, mas de um modelo novo. E em modelo novo não adianta ficar rebocando casebre. Rebocar casebre é um casebre melhorado. Então, nós temos que começar a ver qual o modelo que se quer e começar, então, do zero. E vamos indo. E eu começo pelas próprias casas prisionais. A PASC — o nosso representante ali, o Bruno, sabe — é uma cadeia, a única do Estado que tem 1 preso por cela, e foi criado um motel. Tem 12 celas que foram originárias para os presos receberem a sua visita íntima lá e ter toda dignidade. Agora, pergunte para os presos se eles querem. Quanto mais o sistema estiver bagunçado, melhor para eles. Eles não querem isso aí. Então, tem alguma coisa que... A gente não pode também só seguir o que eles querem. Eu acho que o Estado como um todo tem que impor algumas coisas, porque é penitência que ele tem que pagar. Ele não está posto lá só para receber os benefícios. Ele tem que sentir que não pode gostar de querer voltar para lá. Agora, não estou aqui, Deputado, trazendo, em nenhum momento, a falta de respeito e de dignidade dessas pessoas. Não é isso que eu estou dizendo. Estou dizendo também que tem que ter alguma medida para que essas pessoas não queiram estar lá. Hoje, existem pessoas que... estar lá talvez seja melhor do que estar aqui fora. Talvez seja melhor para ele, porque ele tem mais coisas lá dentro do que aqui fora. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jusmari Oliveira) - Deputado Pompeo de Mattos, pode encerrar.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Quero também, ao encerrar, num minuto só, agradecer. Eu acho que foi um momento rico que a CPI viveu aqui no Estado. A Deputada Jusmari e a equipe toda da CPI vieram aqui, seguraram até agora os Deputados que aqui estiveram conosco, cada um daqueles que deram a sua contribuição. E eu acho que o que ficou mais claro aqui, ressaltado pela Deputada Jusmari e estampado aqui no semblante de cada um, no gesto e na atitude, foi a transparência. E quando há transparência voltada, ainda que nós nos exacerbamos, mas botamos para fora o sentimento de que somos verdadeiros no



nosso propósito, ainda que possamos discordar, não podemos deixar de concordar com a sinceridade de que cada um... A visita que nós fizemos no presídio foi uma visita dura. E mais dura ainda pela sinceridade, porque vimos a dureza daquilo que tinha lá, tanto no Pelletier como no Presídio Central.

Para encerrar, Deputada Jusmari, foi falado aqui em educação. Um projeto que é da minha autoria, lá na Câmara, foi aprovado em todas as Comissões. Estava na Comissão de Constituição e Justiça, quando o assessor do Ministro Tasso me telefonou e disse: *“Segura, segura o projeto, porque nós gostamos desse projeto”*. E aí eu me entusiasmei e segurei o projeto — ele pediu que eu o segurasse. E aí, quando vi, o Governo mandou o projeto dentro do PRONASCI, que é a remissão de pena pela educação. Três dias estudados... Mas o projeto é meu, e o Governo fez questão de ressaltar. E eu faço questão de repetir: fiquei triste, porque eles passaram a mão no projeto; mas fiquei contente, porque também ganhou luzes, enfim, e chegou ao objetivo, que era exatamente ser aprovado o projeto — a cada 3 dias de aula, 1 de remissão. E eu interpreto que é muito mais importante estudar que trabalhar. Os 2 são importantes, mas é mais importante, porque, trabalhar, trabalhavam antes, trabalham durante e podem voltar a trabalhar depois; estudar, não estudavam antes, não vão estudar depois. Se forem estudar, estudam durante o processo em que estão presos.

Muito obrigado. Um abraço a todos.

Está encerrada a sessão.